

expressão
POPULAR

Fidel Castro
a história
me absolverá



FIDEL CASTRO RUZ

A HISTÓRIA ME ABSOLVERÁ

FIDEL CASTRO RUZ

A HISTÓRIA ME ABSOLVERÁ

3ª edição

**EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR**

São Paulo - 2010

Copyright © 2000, by Editora Expressão Popular

Título original: La historia me absolverá

Tradução: Pedro Pomar

Fotos da capa: Fidel, Santiago de Cuba, 1953 – OAH; Caballería con Camilo, 1959 – Raúl Corral

Projeto gráfico, capa e diagramação: ZAP Design

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C355h	Castro Ruz, Fidel, 1927- A história me absolverá / Fidel Castro Ruz ; tradução [de] Pedro Pomar.—3.ed.--São Paulo : Expressão Popular, 2010. 104p. Título original: La historia me absolverá. Indexado em GeoDados - http://www.geodados.uem.br . ISBN 85-87394-19-3 1. Castro, Fidel, 1927-. 2. Cuba – História – 1933-1959 – Discursos, ensaios, conferências. 3. Cuba – Política e governo – 1933-1959 - Discursos, ensaios, conferências. I. Pomar, Pedro, trad. II. Título. CDD 320.97291 972.91064
-------	--

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

3ª edição: outubro de 2010

1ª reimpressão: fevereiro de 2017

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR LTDA

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

livraria@expressaopopular.com.br

www.facebook.com/ed.expressaopopular

www.expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
I	9
II.....	11
III	23
IV	29
V.....	35
VI	39
VII	43
VIII	53
IX	57
X.....	63
XI	71
XII.....	79
XIII	83
XIV	87
XV.....	93
XVI	99

APRESENTAÇÃO

Em 10 de março de 1952, em Cuba, o general Fulgencio Batista deu um golpe de Estado para impedir o triunfo do Partido Ortodoxo nas eleições marcadas para junho daquele ano. A Constituição de 1940 foi anulada. Em 26 de julho de 1953, 151 militantes da oposição a Batista atacaram o Quartel Moncada. O ataque fracassou, e o grupo, liderado por Fidel Castro, foi preso, só tendo sido libertado em 15 de maio de 1955.

Este caderno é a história desse período de intensa luta política em Cuba. Fidel, advogado, fez sua própria defesa. Sentia necessidade de expressar publicamente a convicção de que a solução para os problemas de Cuba tinha que ser revolucionária, que o poder devia ser tomado com as massas e com as armas. Aos 18 de junho de 1954 Fidel encomendou a Haydée Santamaría e a Melba Hernández – que haviam sido postas em liberdade em 20 de fevereiro de 1954, – a impressão de 100 mil exemplares do discurso que deveria ser distribuído num prazo de quatro meses.

A ampla divulgação do texto de Fidel foi decisiva, pois ele continha o programa da revolução (vide capítulo VII) e sua difusão constituía parte essencial da estratégia revolucionária. “Sem propaganda não há movimento de massas; sem movimento de massas não há revolução possível”, advertia Fidel na carta a Haydée e Melba.

Ao editarmos este caderno, desejamos contribuir para o debate sobre a importância de se construir um Programa Popular, que

aponte a solução dos problemas do povo e as linhas políticas capazes de possibilitar sua implementação. Sem esses instrumentos, o povo não conquistará sua liberdade.

Queremos também prestar uma homenagem a *Pedro Pomar*, histórico lutador do povo, assassinado pela ditadura militar. Foi ele o autor desta tradução da defesa de Fidel. Aos familiares, nossos agradecimentos pela cessão dos direitos de tradução.

Uma boa leitura.

Os editores.

I

Senhores juízes:

Jamais um advogado teve que exercer seu mister em condições tão difíceis. Nunca, contra um acusado, foram cometidas tantas irregularidades. Um e outro, neste caso, são a mesma pessoa. Não pude, como advogado, nem sequer ver o sumário, e, como acusado, faz hoje 76 dias que estou encerrado numa cela solitária, absolutamente incomunicável, num desrespeito completo a todos os preceitos humanos e a todas as prescrições legais.

Quem está falando detesta, com toda a alma, a vaidade pueril. E não se coadunam com seu temperamento nem com seu ânimo as poses de tribuno ou o sensacionalismo de qualquer espécie. Se tive que assumir minha própria defesa perante esse tribunal, foi por dois motivos. Um: porque praticamente fui dela privado por completo; outro: porque somente quem foi ferido tão profundamente, e sentiu a pátria tão desamparada e a justiça aviltada, pode falar numa oportunidade como esta com palavras que sejam sangue do coração e entranhas da verdade.

Não faltaram companheiros generosos que se prontificaram a me defender. O Colégio de Advogados de Havana designou para que me representasse nesta causa um advogado competente e valoroso: o doutor Jorge Pagliery, decano do colégio desta cidade. Apesar disto, não permitiram que desempenhasse sua missão. As portas da prisão estavam fechadas para ele todas as vezes que tentava me entrevistar; somente após um mês e meio, em virtude da

intervenção do tribunal, concederam-lhe dez minutos para avistar-se comigo, na presença de um sargento do Serviço de Inteligência Militar (SIM). É evidente que um advogado precise conversar em particular com seu constituinte. E esse direito é respeitado em qualquer parte do mundo, a não ser quando se trata de um prisioneiro de guerra cubano, vítima de um despotismo implacável, que não reconhece as normas legais e os direitos humanos. Nem o doutor Pagliery nem eu estávamos dispostos a tolerar esta imunda fiscalização dos meios necessários à defesa oral em juízo. Porventura desejariam conhecer de antemão a maneira pela qual seriam reduzidas a pó as fabulosas mentiras fabricadas em torno dos fatos do Quartel Moncada e postas a nu as terríveis verdades que pretendiam a todo custo ocultar? Então, utilizando a minha condição de advogado, ficou decidido que eu mesmo assumisse minha própria defesa.

Essa decisão, ouvida e difundida pelo sargento do Serviço de Inteligência Militar, provocou temores fora do comum. Parece que algum pequeno fantasma brincalhão se divertia afirmando que por minha culpa os planos daquele Serviço iriam fracassar. E sabeis de sobra, senhores juízes, quanto se pressionou para que eu fosse privado também desse direito, consagrado em Cuba por uma longa tradição. O tribunal não pôde aceder a essas pretensões porque isto significava deixar o acusado sem nenhuma defesa. Este acusado, que exerce agora tal direito, por motivo algum silenciará sobre o que deve dizer. Julgo que é necessário explicar, antes de tudo, qual a razão da desumana incomunicabilidade a que estive submetido; o que se objetivava era me reduzir ao silêncio; foram arquitetados planos, que o tribunal conhece, para me assassinar; fatos gravíssimos querem ocultar ao povo; qual o segredo de todas as coisas estranhas que ocorreram neste processo? É o que me proponho fazer com toda clareza.

II

Haveis qualificado este julgamento como o mais transcendental da história republicana. E se assim acreditastes sinceramente, não devíeis permitir que manchassem com zombarias vossa autoridade. A primeira sessão do julgamento foi a 21 de setembro. Entre uma centena de metralhadoras e baionetas espalhadas escandalosamente na sala das sessões, mais de cem pessoas se sentaram no banco dos réus. Uma grande maioria era alheia aos fatos e estava presa preventivamente há muitos dias, depois de sofrer toda sorte de vexames e maus-tratos nos calabouços das unidades de repressão; mas os demais acusados, que constituíam minoria, mantinham-se corajosamente firmes, dispostos a confirmar com orgulho sua participação na batalha pela liberdade, dar um exemplo de abnegação sem precedentes e livrar das garras do cárcere as pessoas que foram incluídas no processo devido à má-fé de seus carcereiros. Voltavam a se enfrentar os que uma vez mutuamente se combateram. Novamente a causa justa estava de nosso lado. A verdade ia travar contra a infâmia um terrível combate. Certamente o regime não esperava a catástrofe moral que se avizinhava!

Como manter todas as falsas acusações? Como impedir que se soubesse o que na realidade ocorrera, quando numerosos jovens se achavam dispostos a correr todos os riscos – cárcere, tortura e morte –, se fosse necessário, para denunciar tudo perante o tribunal?

Na primeira sessão fui chamado a prestar declarações e submetido a interrogatório durante duas horas, respondendo às perguntas

do promotor e dos vinte advogados da defesa. Pude provar com cifras exatas e dados irrefutáveis as despesas feitas, a forma como foram obtidos o dinheiro e as armas que conseguimos reunir. Não tinha nada que esconder, porque na realidade tudo fora conseguido com sacrifícios sem precedentes em nossas contendas no período republicano. Falei dos propósitos que nos inspiravam na luta e do comportamento humano e generoso que dispensamos, todo o tempo, aos nossos adversários. Se cumpri meu encargo demonstrando a não participação, direta ou indiretamente, de todos os acusados comprometidos pela fraude, foi devido à total adesão e apoio de meus heroicos companheiros. Disse que eles não se envergonhariam nem se arrependeriam de sua condição de revolucionários e de patriotas pelo fato de terem que suportar as consequências de suas atitudes. Nunca me permitiram falar com eles na prisão e, não obstante, pensavam agir exatamente como eu pretendia. Quando os homens têm um mesmo ideal, ninguém pode isolá-los, nem as paredes de um cárcere nem a terra dos cemitérios. A mesma lembrança, a mesma alma, a mesma ideia, a mesma consciência e o mesmo sentimento de dignidade alentam a todos.

Desde então, começou a desmoronar, como castelo de cartas, o arcabouço de mentiras infames que o governo levantara em torno dos acontecimentos. Então, o senhor promotor compreendeu que era absurdo manter na prisão todas as pessoas acusadas de autoria intelectual. Imediatamente solicitou para as mesmas liberdade provisória.

Concluídas minhas declarações naquela primeira sessão, pedi permissão ao tribunal para abandonar o banco dos acusados e ocupar um posto entre os advogados de defesa, o que, de fato, me foi concedido. Tivera início para mim a tarefa que considerava a mais importante neste julgamento: destruir totalmente as calúnias covardes, tão malévolas e miseráveis quanto despudoradas, lançadas contra nossos combatentes; colocar em evidência, de maneira que não pudessem ser contestados, os crimes espantosos e repugnantes

cometidos contra os prisioneiros; e mostrar diante do país e do mundo a desgraça infinita deste povo que sofre a opressão mais cruel e desumana de toda a sua história.

A segunda sessão foi na terça-feira, 22 de setembro. Apenas dez pessoas acabavam de depor e já se conseguira esclarecer os assassinatos cometidos na zona de Manzanillo, estabelecendo-se especificamente, e fazendo constar em ata, a responsabilidade direta do capitão-chefe daquela zona militar. Ainda faltavam prestar declarações 300 pessoas. Que aconteceria quando, de posse de uma quantidade esmagadora de provas e dados, começasse a interrogar, diante do tribunal, os próprios militares responsáveis por aqueles fatos? Permitiria o governo que eu realizasse tal coisa na presença do numeroso público que assistia às sessões, os repórteres, os advogados de toda a Ilha e os líderes dos partidos da oposição, os quais sentaram estupidamente no banco dos réus para que agora pudessem escutar, bem de perto, tudo quanto ali se ventilasse? Dinamitaria primeiro o tribunal, com todos os seus juizes, se isso fosse permitido!

Planejaram evitar minha presença no julgamento e este passou a ser realizado *manu militari*. Sexta-feira, 25 de setembro, durante a noite, véspera da terceira sessão, apresentaram-se em minha cela dois médicos da penitenciária. Estavam visivelmente penalizados: “Vimos fazer-te um exame”, disseram-me. “E quem se preocupa tanto pela minha saúde?”, perguntei-lhes. Efetivamente, desde que os vi, compreendera o objetivo de sua visita. Não puderam ser mais gentis e me explicaram a verdade: nessa mesma tarde estivera na prisão o coronel Chaviano e lhes disse que eu “no julgamento estava ocasionando um terrível dano ao governo”, que deviam assinar um atestado onde constasse que me achava enfermo e não podia, portanto, continuar assistindo às sessões. Expressaram-me, além disso, que se dispunham a renunciar a seus cargos e a se expor a perseguições. Colocavam o assunto em minhas mãos para que decidisse. Para mim era duro pedir àqueles homens que se deixas-

sem imolar sem quaisquer considerações, mas tampouco podia consentir, sob nenhum pretexto, que fossem levados a cabo tais desígnios: “Vocês saberão qual seu dever; eu sei bem qual o meu”.

Depois eles retiraram-se, firmando o atestado. Sei que o fizeram porque acreditavam de boa-fé que era o único modo de salvar-me a vida, que viam correr o maior perigo. Não me comprometi a guardar silêncio sobre esse diálogo. Estou comprometido somente com a verdade, e se, neste caso, ao proferi-la, pudesse prejudicar o interesse material desses bons profissionais, deixo isenta de toda dúvida sua honra, que vale muito mais. Naquela noite, redigi uma carta para este tribunal, denunciando o plano que se tramava, solicitando a visita de dois médicos do foro para que atestassem meu perfeito estado de saúde e expressando que, se para salvar minha vida devia permitir semelhante artimanha, preferia perdê-la mil vezes. Para dar a entender que estava resolvido a lutar sozinho contra tanta baixeza, aduzi ao que escrevera aquele pensamento do Mestre: “Um princípio justo do fundo de uma cova é mais poderoso que um exército”. Esta a carta que, como sabe o tribunal, foi apresentada pela doutora Melba Hernández na terceira sessão do sumário de 26 de setembro. Apesar da vigilância que pesava sobre mim, consegui que a missiva chegasse a ela. Por causa dessa carta, naturalmente, foram tomadas represálias: a doutora Hernández ficou incomunicável, e, como eu já estava incomunicável, fui confinado para o lugar mais afastado do cárcere. A partir de então, todos os acusados eram revistados minuciosamente, dos pés à cabeça, antes de ir para o sumário.

Os médicos do foro visitaram-me no dia 27 e atestaram que eu estava bem de saúde. Em que pese as ordens reiteradas do tribunal, não tornaram a me levar a nenhuma sessão do julgamento. Acrescente-se ao fato que todos os dias eram distribuídas, por pessoas desconhecidas, centenas de panfletos apócrifos nos quais se falava em arrancar-me da prisão, alegação estúpida para eliminar-me fisicamente sob o pretexto de evasão. Fracassados tais

propósitos pela denúncia oportuna de amigos alertas e descoberta a falsidade do atestado médico, não lhes sobrou outro recurso, para impedir meu comparecimento ao julgamento, que o desacato aberto e descarado.

Um fato inédito se verifica, senhores juízes: um regime tinha medo de apresentar um acusado diante dos tribunais; um regime de terror e sangue se espantava diante da convicção moral de um homem indefeso, desarmado, incomunicável e caluniado. Assim, depois de me haver privado de tudo, privava-me finalmente do direito de estar presente ao julgamento onde eu era o principal acusado. Tenha-se em conta que isto era feito quando estavam suspensas todas as garantias, cumpria-se com todo o rigor a Lei de Ordem Pública e funcionava a censura do rádio e da imprensa. Que crimes tão horríveis terá cometido esse regime que tanto temia a voz de um acusado!

Devo insistir na atitude insolente e desrespeitosa que, em relação a vós, mantiveram, durante todo o tempo, os chefes militares. Quantas vezes este tribunal ordenou que cessasse a desumana incomunicabilidade que pesava sobre mim, quantas vezes ordenou que fossem respeitados os meus direitos mais elementares, quantas vezes reclamou que me apresentassem em juízo. Jamais foi obedecido. De uma a uma, todas as vossas ordens foram desrespeitadas. Pior ainda: na própria presença do tribunal, na primeira e segunda sessões, foi colocada ao meu lado uma guarda pretoriana para me impedir, de modo absoluto, falar com alguém, nem mesmo nos períodos de recesso, dando-se a entender que, não só na prisão como também até na própria sala da justiça e em vossa presença, não se fazia o menor caso de vossas disposições. Pensava apresentar essa questão na sessão seguinte, como problema de honra, elementar para o tribunal, porém... não voltei mais. E, se em troca de tanta falta de respeito aqui nos trazem para que nos envieis ao cárcere, em nome de uma legalidade que unicamente eles, exclusivamente eles, estão violando desde 10 de março, é bastante triste o papel

que vos querem impor. Certamente não se cumpriu neste caso nem uma só vez a máxima latina: *cedant arma togae**. Rogo tenhais muito em conta esta circunstância.

Mas resultaram completamente inúteis todas as medidas, porque meus bravos companheiros, com civismo sem precedentes, cumpriram cabalmente seu dever.

“Sim, vimos combater pela liberdade de Cuba e não nos arrependemos de tê-lo feito”, diziam um a um, quando chamados a prestar declarações. E imediatamente, com impressionante honradez, dirigindo-se ao tribunal, denunciavam os crimes horrendos que foram cometidos nos corpos de nossos irmãos. Se bem que ausente, pude acompanhar o processo, de minha cela, em todos os pormenores, graças à população penitenciária da prisão de Boniato, que, apesar das ameaças de castigos severos, valera-se de meios engenhosos para colocar em minhas mãos recortes de jornais e informações de toda sorte. Vingara-se assim dos abusos e imoralidades do diretor Taboada e do tenente fiscal Rozabal, que a faz trabalhar de sol a sol, na construção de palacetes privados, e, ainda, mata os presos de fome e dilapida os fundos de subsistência.

À medida que ia se processando o julgamento, os papéis se inverteram: os que iam acusar foram acusados, e os acusados se converteram em acusadores. Não foram julgados os revolucionários. Para sempre foi julgado um senhor que se chama Batista... *Monstrum Horrendum!* Não importa que valentes e dignos jovens tenham sido condenados, pois amanhã o povo condenará o ditador e seus cruéis esbirros. Foram enviados à ilha de Pinos, em cujos arredores mora ainda o espectro de Castells e onde ainda não deixou de ecoar o grito de tantos e tantos assassinados. Foram purgar ali, num cativeiro amargo, seu amor à liberdade, sequestrados da sociedade, arrancados de seus lares e desterrados da pátria. Não

* “Cedam armas à justiça”.

acreditais, como disse, que, nessas circunstâncias, é ingrato e difícil para este advogado cumprir sua missão?

Em consequência de tantas maquinações obscurantistas e ilegais, pela vontade dos que mandam e em virtude da debilidade dos que julgam, eis-me aqui neste quartinho do Hospital Civil, onde fui trazido para ser julgado em segredo, a fim de não ser ouvido, para que minha voz seja abafada e ninguém saiba das coisas que vou dizer. Para que se quer esse imponente Palácio da Justiça, onde os senhores juízes, sem dúvida, se encontrariam muito mais à vontade? Faço uma advertência: não é conveniente distribuir justiça do quarto de um hospital, cercado de sentinelas com baioneta calada, porque os cidadãos poderiam pensar que nossa Justiça está enferma... e encarcerada...

Recordo que vossas leis do processo determinam que o sumário será “oral e público”. Não obstante, o público foi completamente impedido de comparecer a esta sessão. Só foram admitidos dois advogados e seis jornalistas, cujos jornais serão proibidos pela censura de publicar uma palavra sobre o assunto. Verifico que tenho por único auditório, na sala e nos corredores, cerca de cem soldados e oficiais. Agradeço a prudente e amável atenção que me concedeis! Oxalá tivesse diante de mim todo o Exército! Sei que um dia desejará ardentemente lavar a terrível mancha, de vergonha e de sangue, que maculou o uniforme militar devido às ambições de uma camarilha desalmada. Nesse dia, ai daqueles que hoje cavalgam em seus nobres uniformes... se o povo não os tiver lançado antes ao chão.

Finalmente, devo dizer que não se permitiu fosse levado à minha cela qualquer tratado de Direito Penal. Só pude dispor deste minúsculo código, que me foi emprestado por um advogado, o corajoso defensor de meus companheiros: doutor Baudilio Castellanos. Impediram, da mesma forma, que chegassem às minhas mãos os livros de Martí. Parece que a censura da prisão os considerou demasiado subversivos. Ou será porque considere Martí

o autor intelectual do 26 de Julho? Fui impedido, além disso, de trazer a este julgamento obras de consulta sobre qualquer matéria. Não importa! Trago no coração os ensinamentos do Mestre e no pensamento as nobres ideias de todos os homens que defenderam a liberdade dos povos.

Apenas uma coisa pedirei ao tribunal, e espero que me conceda, como compensação a tantos excessos e violências, sem fundamento legal, sofridos por este acusado: seja respeitado o direito de expressar-me com inteira liberdade. Sem isso não serão satisfeitas as mais simples formalidades da Justiça e nada mais restaria do que a ignomínia e a covardia.

Confesso que algo me decepcionou. Pensei que o senhor promotor apresentaria uma acusação terrível, disposto a justificar até a saciedade a pretensão e os motivos pelos quais, em nome do Direito e da Justiça – e de que Direito e de que Justiça? –, devem condenar-me a 26 anos de prisão. Mas não. Limitou-se exclusivamente a ler o artigo 148 do Código de Defesa Social, pelo qual, com as circunstâncias agravantes, solicita para mim a respeitável pena de 26 anos de prisão. Dois minutos me parecem muito pouco tempo para justificar e pedir que um homem seja posto à sombra por mais de um quarto de século... Por acaso o senhor promotor não está satisfeito com o tribunal? Observo que seu laconismo contradiz a solenidade com que os senhores juízes declararam, um tanto orgulhosos, que este era um processo de suma importância. Já vi promotores falar dez vezes mais num simples caso de drogas estupefacientes, para solicitar que um cidadão seja condenado a seis meses de prisão. O senhor promotor não pronunciou uma única palavra para apoiar sua petição. Sou justo... compreendo que é difícil, para um promotor que jurou ser fiel à Constituição da República, vir aqui, em nome de um governo inconstitucional, governo de fato, sem nenhuma legalidade e muito menos moralidade, pedir que um jovem cubano, advogado como ele, talvez... tão decente quanto ele, seja enviado

à prisão para cumprir 26 anos de cárcere. Mas o senhor promotor é um homem de talento. Vi pessoas com menos talento escrever extensos tratados em defesa da situação. Como acreditar, pois, que lhe falem razões para defendê-la, nem que seja por 15 minutos, por maior repugnância que isso provoque em qualquer homem decente? No fundo disso esconde-se indiscutivelmente uma grande conspiração.

Senhores juízes: por que tanto interesse para que me cale? Por que, inclusive, se evita todo gênero de arrazoados para não apresentar nenhum alvo contra o qual eu possa dirigir o ataque de meus argumentos? Será que não existe nenhuma base jurídica, moral e política para apresentar seriamente a questão? Teme-se tanto a verdade? Pretender-se-á que eu também fale dois minutos e não aborde os pontos que não deixam certas pessoas dormir desde o 26 de Julho? A petição da promotoria, circunscrevendo-se a simples leitura de cinco linhas de um artigo do Código de Defesa Social, induzia a pensar que eu me limitaria ao mesmo e desse voltas e mais voltas em torno daquelas linhas, como um escravo em torno da pedra de um moinho. Mas, de forma alguma, não aceitarei a mordaca, porque neste julgamento está sendo debatido algo mais que a simples liberdade de um indivíduo. Questões fundamentais de princípios são analisadas. Julga-se se os homens têm o direito de ser livres, discute-se a respeito das próprias bases de nossa existência como nação civilizada e democrática. Quando concluir, não quero reprovar-me por haver deixado princípio a defender, verdade sem proclamar ou crime sem denunciar.

O famoso articulado do senhor promotor não merece nem um minuto de réplica. Restringir-me-ei, no momento, a travar contra ele uma rápida escaramuça jurídica, porque quero ter o campo livre dos detalhes para quando chegar a hora de condenar a mentira, a falsidade, a hipocrisia, os convencionalismos e a covardia moral sem limites em que se baseia essa estúpida comédia que em Cuba, desde 10 de março, e já antes de 10 de março, se chama Justiça.

É um princípio elementar de Direito Penal que o fato imputado deve ajustar-se exatamente ao tipo de delito prescrito pela lei. Se não existe lei que se aplique exatamente ao ponto controvertido, não há delito. Diz textualmente o artigo em causa: “Impor-se-á uma sanção de privação de liberdade de três a dez anos ao autor de uma ação dirigida a provocar um levante de pessoas armadas contra os Poderes Constitucionais do Estado. A pena será de privação de liberdade de cinco a vinte anos se se levar a efeito a insurreição”.

Em que país vive o senhor promotor? Quem lhe disse que promovemos levante contra os Poderes Constitucionais do Estado? Duas coisas saltam à vista. Em primeiro lugar, a ditadura que oprime a Nação não é um poder constitucional, mas sim inconstitucional. Surgiu contra a Constituição, por cima da Constituição, violando a legítima Constituição da República. Legítima é a Constituição que emana diretamente da soberania popular. Mais adiante demonstrarei plenamente o quanto é justo este ponto de vista, diante de todos os falsos escrúpulos, inventados pelos covardes e traidores para justificar o injustificável. Em segundo lugar, o artigo fala de Poderes, portanto no plural e não no singular, porque considera o caso de uma República regida por um Poder Legislativo, um Poder Executivo e um Poder Judiciário, que se equilibram e servem de contrapeso uns aos outros. Promovemos rebelião contra um único poder, ilegítimo, que usurpou e reuniu num só os poderes Legislativo e Executivo do país, destruindo todo o sistema que precisamente visava proteger o artigo do Código que estamos analisando. Quanto à independência do Poder Judiciário, depois do 10 de março, nem falo sequer, porque não pretendo gracejar... Por mais que se espiche, se encolha ou se remende, nem uma só vírgula do artigo 148 é aplicável aos fatos de 26 de julho. Deixemo-lo tranquilo, aguardando a oportunidade pela qual possa ser aplicado aos que de fato promoveram levante contra os Poderes Constitucionais do Estado. Mais tarde voltarei

ao Código para refrescar a memória do senhor promotor, abordarei certas circunstâncias que esqueceu lamentavelmente.

Advirto-vos que acabo de começar. Se em vossas almas resta ainda algum vestígio de amor à pátria, à humanidade, à justiça, escutai-me com atenção. Sei que me obrigarão ao silêncio durante muitos anos; sei que tratarão de ocultar a verdade por todos os meios possíveis; sei que contra mim erguer-se-á a conjura do esquecimento. Mas minha voz não se afogará por isso; ela adquire forças em meu peito quanto mais isolado me sentir. E quero dar a meu coração todo o calor que lhe negam as almas covardes.

III

Escutei o ditador segunda-feira, 27 de julho, numa choupana das montanhas, quando ainda éramos dezoito homens em armas. Não conhecerão amarguras e indignações na vida os que não tiverem passado por semelhantes momentos. Além de ver cair por terra as esperanças, acariciadas por tanto tempo, de libertar nosso povo, presenciávamos o déspota erguer-se sobre ele, mais desprezível e soberbo que nunca. A torrente de mentiras e calúnias que lançou em sua linguagem torpe, odiosa e repugnante só pode ser comparada à enorme torrente de sangue jovem e puro que, desde a noite anterior, com seu conhecimento, cumplicidade e aplauso, estava fazendo jorrar a turba mais desalmada de assassinos que se possa imaginar. Acreditar durante um só minuto no que disse é culpa suficiente para que um homem de consciência passe toda a vida arrependido e envergonhado.

Naqueles momentos, nem sequer tinha a esperança de lançar-lhe à face miserável o estigma da verdade que o marcasse pelo resto de seus dias e durante os tempos vindouros. Sobre nós já se fechava o cerco de mais de mil homens, com armas de grande alcance e potência, e que tinham ordem terminante de regressar com nossos cadáveres. Hoje, quando a verdade começa a ser conhecida e cumpro, com as palavras que estou pronunciando, a missão que me impus, posso morrer tranquilo e feliz. Não pouparei vergastadas nos raivosos assassinos.

É necessário que me detenha um pouco no exame dos fatos. O próprio governo disse que o ataque foi realizado com tanta precisão

e perfeição que evidenciava a presença de peritos militares na elaboração do plano. Nada mais absurdo! O plano foi traçado por um grupo de jovens, nenhum dos quais tinha experiência militar. Com exceção de dois deles que não estão mortos nem presos, vou revelar seu nomes: Abel Santamaría, José Luis Tasende, Renato Guitar Rosell, Pedro Miret, Jesús Montané e o que vos fala. A metade morreu, e, num justo tributo à sua memória, posso dizer que não eram peritos militares, mas possuíam suficiente patriotismo para dar, em igualdade de condições, uma respeitável surra em todos os generais do 10 de março, que não são militares nem patriotas.

Mais difícil foi organizar, treinar e mobilizar homens e armas sob um regime de repressão que gasta milhões de pesos em espionagem, suborno e delação. Essa missão foi realizada por aqueles e muitos outros jovens, com seriedade, discrição e tenacidade verdadeiramente incríveis. Porém mais meritório ainda será sempre entregar a um ideal tudo o que se tem, inclusive a vida.

A mobilização final dos homens, que vieram a esta província dos mais remotos povoados da Ilha, foi efetuada com admirável precisão e absoluto segredo. É certo, igualmente, que o ataque foi realizado com magnífica coordenação. Começou simultaneamente às 5h15min da manhã, tanto em Bayamo como em Santiago de Cuba. Foram caindo um a um, com exatidão de segundos e minutos prevista de antemão, os edifícios que rodeiam o acampamento. Contudo, em favor da estrita verdade, ainda que diminua o nosso mérito, vou também pela primeira vez revelar outro acontecimento que nos foi fatal: a metade do grosso de nossas forças, a melhor armada, por um erro lamentável, extraviou-se à entrada da cidade e nos faltou no momento decisivo. Abel Santamaría, com 21 homens, havia ocupado o Hospital Civil. Com ele também seguiam um médico e duas companheiras nossas, para atender aos feridos. Raúl Castro, com dez homens, ocupou o Palácio da Justiça. A mim, coube atacar o acampamento com os que restavam, precisamente 95

homens. Cheguei com o primeiro grupo de 45 combatentes, precedido por uma vanguarda de oito homens que forçou o Posto 3. Foi precisamente aí onde se iniciou o combate, ao encontrar-se meu automóvel com uma patrulha volante externa, armada de metralhadoras. O grupo de reserva, que tinha quase todas as armas longas, pois as curtas estavam com a vanguarda, enveredou por uma rua errada e perdeu-se por completo numa cidade que desconhecia. Devo esclarecer que não abrigo a menor dúvida sobre o valor desses homens, que, ao se verem extraviados, suportaram uma situação de grande angústia e desespero. Em virtude do tipo de ação que se desenvolvia e da cor idêntica dos uniformes dos combatentes de ambos os lados, não era fácil restabelecer o contato. Muitos deles, detidos mais tarde, receberam a morte com verdadeiro heroísmo.

Todos tinham instruções muito precisas para se mostrar, antes de tudo, humanos na luta. Jamais um grupo de homens armados foi mais generoso com o adversário. Desde o primeiro momento, foram feitos inúmeros prisioneiros, perto de 20, seguramente. No princípio, houve um instante em que três de nossos homens, dos que haviam tomado o posto: Ramiro Valdés, José Suárez e Jesús Montané, conseguiram penetrar num barracão e detiveram durante certo tempo cerca de 50 soldados. Esses prisioneiros, sem exceção, declararam perante o tribunal que foram tratados com absoluto respeito, que nem sequer lhes foi dirigida uma palavra vexatória. Neste aspecto, tenho que agradecer ao senhor promotor, que no julgamento de meus companheiros, ao elaborar seu relatório, fez justiça ao reconhecer, como um fato indiscutível, o altíssimo espírito de cavalheirismo que mantivemos na luta.

Foi muito má a disciplina revelada pelo Exército. Este, em última instância, venceu pelo número, que lhe dava uma superioridade de 15 a 1 e pela proteção que a fortaleza lhe dava. Nossos homens atiravam muito melhor, fato reconhecido pelo adversário. O valor humano foi igualmente elevado de parte a parte.

Considerando as causas do fracasso tático, à parte o lamentável erro mencionado, julgo que foi falta nossa dividir a unidade de comandos que havíamos treinado cuidadosamente. Dos nossos melhores homens e chefes mais audazes, existiam 27 em Bayamo, 21 no Hospital Civil e 10 no Palácio da Justiça. Outra fosse a distribuição, o resultado poderia ter sido diferente. O choque com a patrulha (totalmente casual, pois 20 segundos antes ou 20 depois não estaria nesse ponto) deu tempo para que o acampamento se mobilizasse, pois de outro modo teria caído em nossas mãos sem disparar um só tiro, uma vez que o posto estava em nosso poder. Por outro lado, salvo os fuzis calibre 22, que estavam bem providos, a munição que possuíamos era escassíssima. Tivéssemos granadas de mão e não resistiriam 15 minutos.

Quando convenci-me de que todos os esforços eram inúteis para tomar a fortaleza, comecei a retirar nossos homens em grupos de oito e dez. A retirada foi protegida por seis franco-atiradores, que, sob o comando de Pedro Miret e Fidel Labrador, bloquearam heroicamente a passagem do Exército. Nossas perdas na luta haviam sido insignificantes. De nossos mortos, 95 resultaram da crueldade e da desumanidade, quando a luta já havia cessado. O grupo do Hospital Civil não teve senão uma baixa. O restante foi detido quando as tropas se situaram diante da única saída do edifício, só depondo as armas quando não lhe sobrava uma única bala. Entre os seus componentes estava Abel Santamaría, o mais generoso, querido e intrépido de nossos jovens, cuja gloriosa resistência o imortaliza perante a História de Cuba. Logo direi qual a sorte que coube a cada um e como Batista quis castigar a rebeldia e o heroísmo de nossa juventude.

Nossos planos eram de prosseguir a luta nas montanhas caso fracassasse o ataque ao regimento. Pude reunir novamente em Siboney a terça parte de nossas forças. Muitos, porém, já estavam desalentados. Uns 20 decidiram apresentar-se (verei também o que sucedeu com eles). O restante, 18 homens, com as armas e muni-

ções que sobravam, seguiu comigo para as montanhas. O terreno era totalmente desconhecido. Durante uma semana ocupamos a parte elevada da cordilheira de Gran Piedra, e o Exército ocupou a base. Não podíamos descer nem eles se decidiram a subir. Portanto não foram as armas, mas a fome e a sede que venceram nossa última resistência. Tive que distribuir os homens em pequenos grupos. Alguns conseguiram infiltrar-se pelas linhas do Exército, outros foram apresentados por monsenhor Pérez Serantes. Quando ficaram comigo somente dois companheiros, José Suárez e Oscar Alcalde – os três totalmente extenuados –, uma força sob o comando do tenente Sarría ao amanhecer de sábado, 1º de agosto, surpreendeu-nos dormindo. A matança de prisioneiros já cessara em virtude da tremenda reação que o crime provocou entre a população. E aquele oficial, homem de honra, impediu que alguns ferrabrases nos assassinassem em pleno campo, com as mãos atadas.

Não necessito desmentir as sandices estúpidas que, para manchar meu nome, inventaram os Ugalde Carrillo e companhia, supondo encobrir sua covardia, sua incapacidade e seus crimes. Os fatos estão claríssimos.

Meu propósito não é entreter o tribunal com narrações épicas. Tudo quanto disse é indispensável para a compreensão mais exata do que direi depois.

Quero que constem duas coisas importantes para que nossa atitude seja julgada serenamente. Primeiro: poderíamos ter facilitado a tomada do regimento, detendo, simplesmente, em suas residências, todos os oficiais mais graduados, possibilidade que foi rechaçada pelo motivo muito humano de evitar cenas de tragédia e luta nas casas de suas famílias. Segundo: concordou-se em não tomar nenhuma estação de rádio até que se tivesse assegurada a conquista do acampamento. Esta nossa atitude, bastante rara, por sua galhardia e grandeza, poupou à população um banho de sangue. Podia ter ocupado, com apenas dez homens, uma estação de rádio e lançado o povo à luta. Não era possível duvidar de seu

ânimo. Possuía o último discurso de Eduardo Chibás na CMQ*, gravado com suas próprias palavras, e poemas patrióticos e hinos de guerra, capazes de abalar ao mais indiferente, principalmente quando se ouvia o fragor do combate. Não quis utilizá-los, apesar de nossa situação desesperadora.

* Eduardo Chibás (1907-1951), fundador do Partido do Povo Cubano (Ortodoxo). Partido de massas dirigido pela pequena burguesia que pretendeu uma renovação da vida pública e do regime democrático burguês. Chibás suicidou-se em 5 de agosto de 1951, após uma transmissão radiofônica pela rádio CMQ, considerando que a sua autoeliminação era o meio mais eficaz para sacudir o povo. Depois da morte de seu fundador e do golpe militar de 10 de março de 1952, o partido se desintegrou, liquidando a via de uma luta eleitoral em Cuba contra o imperialismo e seus aliados.

IV

O governo repetiu com muita ênfase que o povo não secundou o movimento. Jamais ouvi uma afirmação tão ingênua e, ao mesmo tempo, tão plena de má-fé. Deste modo, pretendem provar a submissão e a covardia do povo. Falta pouco para que digam que o povo apoia a ditadura. Não sabem quanto ofende com isso os bravos orientais. Santiago de Cuba acreditou tratar-se de uma luta entre soldados e não teve conhecimento do que ocorria senão muitas horas depois. Quem duvida do valor, do civismo e da coragem sem limites do povo rebelde e patriota de Santiago de Cuba? Se o Quartel Moncada tivesse caído em nossas mãos, até as mulheres de Santiago de Cuba teriam empunhado armas! Muitos fuzis foram levados para os combatentes pelas enfermeiras do Hospital Civil! Elas também lutaram. Disso jamais nos esqueceremos.

Nunca foi nossa intenção lutar com os soldados do regimento e sim apoderar-nos, de surpresa, do quartel e das armas, convocar o povo, em seguida reunir os militares e convidá-los a abandonar a odiosa bandeira da tirania e a abraçar a da Liberdade; a defender os supremos interesses da nação e não os mesquinhos interesses de um grupelho; a voltar as armas contra os inimigos do povo e não disparar contra o povo, onde se encontram seus filhos e seus pais; a lutar junto dele, como irmãos que são, e não enfrentá-lo, como inimigos; a marchar unidos sob a bandeira do único ideal, belo e digno do sacrifício de nossa vida – a grandeza e a felicidade da pátria. Aos que duvidam de que muitos soldados se juntariam

a nós, pergunto: qual o cubano que não ama a glória? Que alma não se inflama ante a aurora da liberdade?

O corpo da Marinha não nos combateu e sem dúvida nos seguiria depois. Sabe-se que esse setor das Forças Armadas é o menos afeiçoado à tirania e que, entre seus membros, o índice de consciência cívica é muito elevado. Mas, quanto ao restante do Exército Nacional, teria combatido contra o povo sublevado? Afirmo que não. O soldado é um homem de carne e osso, que pensa, observa e sente. É suscetível à influência das opiniões, crenças, simpatias e antipatias do povo. Se se lhe pergunta sua opinião, responderá que não pode dizê-la; mas isto não significa que careça de opinião. Exatamente os mesmos problemas dos demais cidadãos lhe dizem respeito: subsistência, aluguel, educação dos filhos, o futuro destes etc. Cada familiar é um ponto de contato inevitável entre ele e o povo e a situação presente e futura da sociedade em que vive. É tolice pensar que pelo fato de o soldado receber um soldo, bastante módico, do Estado, tenha resolvido as preocupações vitais que surgem de suas necessidades como membro de uma família e de uma coletividade social.

Esta breve explicação tornou-se necessária porque é o fundamento de um fato em que poucos pensaram até o presente: o soldado sente um profundo respeito pelo sentimento da maioria do povo. Durante o regime de Machado, à medida que crescia a antipatia popular por esse regime, decrescia visivelmente a fidelidade do Exército à ditadura, a tal ponto que um grupo de mulheres esteve a ponto de sublevar o acampamento de Columbia. Isto se comprovou mais claramente com um fato recente: enquanto o regime de Grau San Martín tinha a maior popularidade, proliferaram no Exército, estimuladas por ex-militares sem escrúpulos e civis ambiciosos, inúmeras conspirações, e nenhuma delas encontrou eco na massa dos militares.

O 10 de março ocorreu no momento em que caíra ao extremo o prestígio do governo civil, circunstância aproveitada por Batista

e sua camarilha. Por que não o fizeram depois de 1º de junho? Simplesmente porque, se esperassem que a maioria da nação expressasse seus sentimentos nas urnas, nenhuma conspiração teria encontrado ressonância na tropa.

Portanto, uma segunda afirmação pode ser feita: o Exército jamais se sublevou contra um regime que contasse com a maioria do povo. Estas são verdades históricas, e se Batista se empenha em permanecer a todo custo no poder contra a vontade absolutamente majoritária de Cuba, seu fim será mais trágico que o de Gerardo Machado.

Posso exprimir minha opinião quanto às Forças Armadas, porque delas me ocupei e as defendi quando todos calavam. Não o fiz para conspirar nem por qualquer interesse, pois estávamos em plena normalidade constitucional, e sim por sentimentos de humanidade e dever cívico. Naquele tempo, o jornal *Alerta* era um dos mais lidos em virtude da atitude que então mantinha na política nacional. Realizei em suas páginas uma campanha memorável contra o sistema de trabalhos forçados a que estavam submetidos os soldados nas granjas particulares das altas personalidades civis e militares. Apresentei dados, fotografias, filmes e provas de todos os tipos, com os quais também fui aos tribunais, denunciando o fato no dia 3 de março de 1952. Nos artigos daquele jornal disse, muitas vezes, que era de elementar justiça aumentar o soldo dos homens que prestavam seus serviços nas Forças Armadas. Indago se alguém mais levantou sua voz naquela ocasião para protestar contra tal injustiça. Não foram, por certo, Batista e companhia, que viviam muito bem protegidos em suas fazendas de recreio, com toda espécie de garantias, enquanto eu corria mil riscos, sem guarda-costas nem armas.

Conforme defendi então, agora, quando todos calam outra vez, digo que se deixaram enganar miseravelmente, e que ao labéu, à fraude, à vergonha do 10 de março se juntaram o labéu e a vergonha, mil vezes maiores, dos crimes espantosos e injustificáveis de

Santiago de Cuba. Desde então, o uniforme do Exército está horivelmente salpicado de sangue. Se naquela ocasião disse ao povo, denunciei perante os tribunais, que havia militares trabalhando como escravos nas granjas particulares, hoje, digo, amargamente, que há militares empapados até os cabelos com o sangue de muitos jovens cubanos, torturados e assassinados. E digo também que, se é para servir à República, defender a nação, respeitar o povo e proteger o cidadão, é justo que o soldado ganhe pelo menos cem pesos, mas se é para matar e assassinar, para oprimir o povo, trair a nação e defender os interesses de um grupelho, a República não deve despender nem um centavo com o Exército, e o acampamento de Columbia deve converter-se numa escola, onde se instalem, ao invés de soldados, dez mil órfãos.

Como, antes de tudo, quero ser justo, não posso considerar a todos os militares solidários com tais crimes. Tais nódoas e vergonhas são obra de alguns traidores e malvados. Mas todo militar de honra e dignidade, que ame sua carreira e estime sua instituição, tem o dever de exigir e lutar para que as manchas sejam lavadas, as fraudes, vingadas e as culpas, castigadas, se não quiser que a condição de militar signifique, para sempre, uma infâmia em vez de orgulho.

É claro que o 10 de março não teve outro remédio senão tirar os soldados das fazendas particulares, mas para fazê-los trabalhar de porteiros, choferes, criados e guarda-costas de toda fauna de politiqueiros que integram o partido da ditadura. Qualquer chefe de quarta ou quinta categoria se julga com direito a que um militar lhe dirija o automóvel e lhe guarde as costas como se estivesse temendo constantemente um pontapé merecido.

Se existia, na realidade, um propósito reivindicativo, por que não confiscaram todas as granjas e os milhões dos que, como Genovevo Pérez Dámera, fizeram sua fortuna esgotando os soldados, fazendo-os trabalhar como escravos e desfalcando os fundos das Forças Armadas? Mas não: Genovevo e os demais terão soldados

para cuidar de suas fazendas, porque, no fundo, todos os generais do 10 de março aspiram fazer o mesmo e não podem senão seguir semelhante precedente.

O 10 de março foi um miserável engodo. Sim... Batista, depois de fracassar pela via eleitoral, juntamente com sua coorte de politiqueiros, nocivos e desprestigiados, aproveitando-se do descontentamento do Exército, utilizou-o como instrumento, para subir ao poder nas costas dos soldados. Sei que existem muitos homens angustiados pela desilusão: aumentaram-lhes os soldos e depois voltaram a reduzi-los, através de todo gênero de descontos e rebaixamentos. Uma infinidade de elementos desligados das corporações armadas retornaram às fileiras, obstruindo a carreira de homens jovens, capazes e de valor. Militares de mérito foram preteridos, enquanto prevalece o mais escandaloso favoritismo em relação aos parentes e apadrinhados dos altos chefes. Muitos militares a estas horas perguntam se as Forças Armadas tinham necessidade de suportar a tremenda responsabilidade histórica de haver destruído nossa Constituição para levar ao poder um grupo de homens sem moral, desprestigiados, corrompidos, politicamente aniquilados para sempre e que não podiam voltar a ocupar um cargo público a não ser à ponta de baioneta. Baioneta que eles não empunham...

Por outro lado, os militares estão sob uma tirania pior que a vivida pelos civis. São vigiados constantemente e nenhum deles tem a menor segurança em seus postos. Qualquer suspeita injustificada, qualquer intriga, qualquer indiscrição, qualquer confidência é suficiente para que sejam transferidos, expulsos ou humilhantemente encarcerados. Tabernilla não os proibiu de conversar com qualquer elemento da oposição, isto é, com 99% do povo? Que desconfiança! Regras semelhantes não foram impostas nem às vestais de Roma! As pequenas casas para os soldados, sobre as quais se fez tanta propaganda, não passam de trezentas em toda a Ilha. E, no entanto, as despesas feitas na compra de tanques, canhões

e outras armas davam para edificar uma casa para cada soldado. Assim, o que importa a Batista não é proteger o Exército, e sim que o Exército o proteja. Aumenta-se o poder de opressão e de morte do Exército, mas isso não melhora o bem-estar dos homens. Guardas tríplices, prontidão constante, inquietação permanente, inimizade da população, incerteza sobre o futuro – foi o que se deu ao soldado. É o mesmo que dizer: “Soldado, morre pelo regime, dá teu suor e teu sangue, dedicar-te-emos um discurso e te asseguraremos uma promoção póstuma (quando não mais tiver importância para ti), e depois... continuaremos vivendo bem e nos tornando ricos. Mata, ultraja, oprime, pois quando o povo se cansar e isso se acabar, pagarás por nossos crimes e iremos viver como príncipes no estrangeiro. E se algum dia voltarmos, não batas, nem tu nem teus filhos, nas portas de nossos palacetes, porque seremos milionários e os milionários não conhecem os pobres. Mata, soldado, oprime o povo, morre pelo regime, dá teu suor e teu sangue”. Mas se uma parte minoritária das Forças Armadas, cega a esta tristíssima realidade, se decidisse a combater contra o povo, que iria livrá-la da tirania, a vitória seria do povo.

V

O senhor promotor estava muito interessado em conhecer nossas possibilidades de êxito. Tais possibilidades se baseavam em razões de ordem técnica e militar e de ordem social. Tentou-se criar o mito das armas modernas como pressuposto de toda impossibilidade de luta aberta e frontal do povo contra a tirania. Os desfiles militares e as aparatosas exibições de equipamentos bélicos visam fomentar esse mito e criar no povo um complexo de absoluta impotência. Nenhuma arma, nenhuma força é capaz de vencer um povo que se decide a lutar por seus direitos. São incontáveis os exemplos históricos remotos e recentes. Há bem pouco tempo se deram os acontecimentos da Bolívia, quando os mineiros, com cartuchos de dinamite, derrotaram e esmagaram os regimentos do exército regular. Mas os cubanos, felizmente, não precisam buscar exemplos em outro país. Nenhum tão eloquente e belo como o de nossa própria pátria. Durante a guerra de 1895, havia em Cuba perto de meio milhão de soldados espanhóis em armas, quantidade infinitamente superior à que a ditadura podia opor em face de uma população cinco vezes maior. O exército contava com armas que eram, sem comparação, mais modernas e poderosas que as dos mambises; estava equipado com artilharia de campanha; e sua infantaria usava o fuzil de carregar pela culatra, semelhante ao que ainda usa a infantaria moderna. Os cubanos, em geral, não dispunham de outras armas além dos facões, porque suas cartucheiras estavam quase sempre vazias. Há uma passagem

inesquecível de nossa guerra de independência, narrada pelo general Miró Argenter, chefe do Estado-Maior de Antonio Maceo, que conseguiu trazer copiada, para não abusar da memória.

A gente bisonha comandada por Pedro Delgado, na maioria provida de facão, foi dizimada ao assaltar os soldados espanhóis, de tal modo que não exagero afirmar que, de 50 homens, a metade tombava. Os espanhóis foram atacados com os punhos, sem pistolas, sem facões e sem punhais! Esquadrinhando os matagais do Rio Hondo, mais 15 corpos do partido cubano foram encontrados, sem que logo se pudesse indicar a que unidade pertenciam. Não apresentavam nenhum vestígio de haver empunhado armas; a roupa estava completa, e pendurada da cintura não tinham mais que a vasilha de lata; a dois passos dali, o cavalo sem vida com o equipamento intacto. Reconstruiu-se a cena culminante da tragédia: esses homens, seguindo o seu esforçado chefe, o tenente-coronel Pedro Delgado, haviam conseguido a palma do heroísmo; arrojaram-se sobre as baionetas com as mãos nuas; o ruído do metal, que soava em torno deles, era o golpe da vasilha de beber ao chocar-se contra os cascos da cavalgadura. Maceo sentiu-se comovido. Ele, tão acostumado a ver a morte em todas as posições e aspectos, murmurou o seguinte panegírico: “Nunca vi tal coisa. Pessoas inexperientes, indefesas, atacando os espanhóis, tendo por única arma a vasilha de beber água. E eu dava-lhes o nome de bagagem!...”

Assim lutam os povos quando querem conquistar sua liberdade. Atiram pedras em aviões e viram tanques!

Uma vez em nosso poder a cidade de Santiago de Cuba, teríamos imediatamente colocado os orientais em pé de guerra. Bayamo foi atacada precisamente para situar nossas guardas avançadas próximas ao Rio Cauto. É preciso não se esquecer que essa província tem hoje um milhão e meio de habitantes. É, sem dúvida, a mais guerreira e patriótica de Cuba. Foi ela que manteve acesa a luta pela independência durante 30 anos e lhe deu o maior tributo, em sangue, sacrifício e heroísmo. Em Oriente respira-se ainda o ar da epopeia gloriosa, e, ao amanhecer, quando os galos cantam,

como clarins que tocam a alvorada chamando os soldados, e o sol se eleva radiante sobre as montanhas, cada dia parece que vai ser novamente o de Yara ou o de Baire.

VI

Afirmar que as outras razões em que se baseavam nossas possibilidades de êxito eram de ordem social. Tínhamos a certeza de contar com o povo. Quando falo de povo não me refiro aos setores acomodados e conservadores da nação, os quais acham bom qualquer regime de opressão, qualquer ditadura, qualquer despotismo, prostrando-se diante do senhor da época até quebrar a testa no chão. Quando falo de luta, entendo por povo a grande massa oprimida, à qual tudo prometem, enganam e atraíam; que aspira a uma pátria melhor, mais digna e mais justa; que é movida por anseios ancestrais de justiça por haver sofrido, geração após geração, a injustiça e a zombaria; que, em todos os sentidos, almeja grandes e sábias transformações e está disposta a dar a última gota de sangue para consegui-lo, quando acredita em alguma coisa ou em alguém, sobretudo quando acredita suficientemente em si mesma. A primeira condição para revelar a sinceridade e a boa-fé de uma causa é fazer precisamente aquilo que ninguém faz, ou seja, falar com absoluta clareza e sem medo. Os demagogos e os políticos profissionais fazem o milagre de estar bem com todos e com tudo, mas, obrigatoriamente, enganam a todos em tudo que fazem. Os revolucionários devem proclamar suas ideias corajosamente, definir seus princípios e expressar suas intenções para que ninguém se iluda, amigos ou inimigos.

Ao enfrentar a luta, convocamos o povo, os 600 mil cubanos que estão sem trabalho, desejando ganhar o pão honradamente

sem ter que emigrar de sua pátria em busca de sustento; os 500 mil operários do campo que vivem nos *bohíos*^{*}, que trabalham quatro meses no ano, passando fome no tempo restante, compartilhando a miséria com seus filhos, que não têm uma polegada de terra para semear e cuja existência deveria inspirar compaixão, caso não existissem tantos corações de pedra; os 400 mil operários industriais e braçais, cujos ingressos estão todos desfalcados, cujas conquistas lhes estão sendo arrebatadas, cujas casas são cortiços infernais, cujos salários passam das mãos do patrão para as do *garrotero*^{**}, cujo futuro é a redução do salário e a dispensa do emprego, cuja vida é o trabalho eterno e cujo descanso é o túmulo; os cem mil pequenos agricultores, que vivem e morrem trabalhando na terra que não é sua, sempre contemplando-a, como Moisés contemplava a Terra Prometida, até morrer sem chegar a possuí-la; que têm de pagar, como os servos feudais, por sua parcela com uma parte de seus produtos, que não podem amar a terra, melhorá-la e embelezá-la, nem plantar um cedro ou uma laranjeira, porque ignoram o dia em que virá o oficial de Justiça com a guarda rural para dizer-lhes que devem sair; os 30 mil professores primários e demais professores, tão abnegados, sacrificados e necessários para que as futuras gerações tenham um melhor destino, e aos quais se trata e paga tão mal; os 20 mil pequenos comerciantes esmagados pelas dívidas, arruinados pela crise e destruídos por uma praga de funcionários aventureiros e venais; os dez mil jovens profissionais: médicos, engenheiros, advogados, veterinários, pedagogos, dentistas, farmacêuticos, jornalistas, pintores, escultores etc., que, ao sair das escolas com seus diplomas, desejosos de lutar e cheios de esperança, encontram-se num beco sem saída, com todas as portas fechadas, surdas ao clamor e à súplica. Esse povo é que sofre todas as desditas e, portanto, é capaz de combater com toda

* Cabana feita de madeira e ramos, sem nenhuma abertura além da porta.

** Agiota.

a coragem! A esse povo, cujos caminhos de angústia estão calçados de fraudes e falsas promessas, não diríamos: “Vamos dar-te”, mas sim: “Aí tens, luta agora com todas as tuas forças para que sejam tuas a liberdade e a felicidade!”

VII

No sumário desta causa devem constar as cinco leis revolucionárias que seriam proclamadas imediatamente após a tomada do quartel Moncada e divulgadas pelo rádio à nação. É possível que o coronel Chaviano tenha destruído deliberadamente esses documentos, mas, se os destruiu, eu os conservo na memória.

A primeira lei revolucionária restituía a soberania ao povo e proclamava a Constituição de 1940 como a verdadeira lei suprema do Estado, até que o povo decidisse modificá-la ou substituí-la. E, como consequência de sua implantação, do castigo exemplar imposto a todos os que a atraíram, e, devido à inexistência de órgãos de representação popular para sua execução, o movimento revolucionário, como encarnação momentânea dessa soberania, única fonte legítima de poder, assumiria todas as funções que lhe são inerentes, exceto a de modificar a própria Constituição: a de legislar, a de executar e a de julgar.

Tal atitude não podia ser mais diáfana e despida de idiotices e charlatanismos estéreis: um governo aclamado pela massa de combatentes teria todas as atribuições necessárias para que se fizessem efetivas a vontade popular e a verdadeira justiça. A partir desse instante, o Poder Judiciário, que se colocou desde o 10 de março contra a Constituição e fora da Constituição, deixaria de funcionar como tal e se procederia à sua imediata e total depuração, antes de voltar a desempenhar novamente as faculdades que lhe concede a Suprema Lei da República. Sem essas medidas prévias,

o retorno à legalidade, colocando sua proteção em mãos daqueles que claudicaram desonrosamente, seria uma fraude, um engodo e mais uma traição.

A segunda lei revolucionária concedia a propriedade da terra, desimpedida e intransferível, a todos os colonos, subcolonos, arrendatários, parceiros e posseiros que ocupassem parcelas de cinco ou menos *caballerías** de terra, indenizando o Estado a seus antigos proprietários à base da renda média das referidas parcelas no curso de dez anos.

A terceira lei revolucionária outorgava aos operários e empregados o direito à participação de 30% dos lucros de todas as grandes empresas industriais, mercantis e mineiras, inclusive as centrais açucareiras. Excetuavam-se as empresas exclusivamente agrícolas, em face de outras leis de caráter agrário que seriam implantadas.

A quarta lei revolucionária concedia a todos os colonos o direito de participar de 55% do rendimento da cana e a cota mínima de 40 mil arrobas a todos os pequenos colonos que fossem estabelecidos há três ou mais anos.

A quinta lei revolucionária ordenava a confiscação total dos bens de todos os dilapidadores dos bens públicos de todos os governos e dos seus coniventes e herdeiros, tanto dos bens percebidos por testamento ou sem testamento de maneira fraudulenta. Esse confisco se daria através de tribunais especiais com pleno direito de acesso a todas as fontes de investigação, de intervenção nas sociedades anônimas registradas no país, sociedades nas quais pudessem ocultar-se bens do malversador, e de solicitação aos governos estrangeiros da extradição de pessoas e embargos de bens. A metade dos bens recuperados iria para as caixas dos pensionistas operários e a outra metade, para os hospitais, asilos e casas beneficentes.

* Medida agrária usada antigamente, ainda em voga na Andaluzia, Espanha, e nos países da América Central e das Antilhas. Equivale a 13.430 m². Seu nome procede da medida de repartição de terras conquistadas ao inimigo pelos cavaleiros que haviam intervindo na batalha.

Além disso, a política cubana na América seria de estreita solidariedade com os povos democráticos do continente, e os perseguidos políticos pelas tiranias sangrentas que oprimem as nações irmãs não encontrariam, como hoje, na pátria de Martí, perseguição, fome e traição, mas sim asilo generoso, fraternidade e pão. Cuba deveria transformar-se em baluarte da liberdade, e não em símbolo vergonhoso do despotismo.

Tais leis seriam logo proclamadas. A seguir, uma vez terminada a luta e com o estudo prévio e minucioso de seu conteúdo e alcance, viria outra série de leis e medidas igualmente fundamentais: a Reforma Agrária, a Reforma Integral do Ensino e a Nacionalização do Truste de Eletricidade e do Truste Telefônico, a devolução ao povo do excesso ilegal na cobrança de suas tarifas e o pagamento de todas as quantias sonegadas à Fazenda Pública.

Todas essas e outras medidas estariam inspiradas no cumprimento estrito de dois artigos essenciais da nossa Constituição: o que determina a proscrição do latifúndio, sendo necessário para efeito de sua liquidação que a Lei assinale o máximo de extensão de terra que cada pessoa ou entidade possa ter para cada tipo de exploração agrícola, adotando-se medidas que tendam a reverter a terra ao cubano; e o que determina categoricamente ao Estado o emprego de todos os meios que estejam a seu alcance para proporcionar ocupação a todos que dela careçam e assegurar a cada trabalhador manual ou intelectual uma vida decente. Portanto, nenhuma das medidas poderá ser qualificada de inconstitucional. O primeiro governo oriundo de eleição popular deveria respeitá-las, não só porque teria um compromisso moral com a nação, como porque os povos, quando alcançam as conquistas ansiadas durante várias gerações, nenhuma força do mundo será capaz de arrebatá-las.

Os problemas relacionados com a terra, a industrialização, a moradia, o desemprego, a educação e a saúde do povo – eis os seis pontos para cuja solução, juntamente com a restauração das liber-

dades públicas e da democracia política, se teriam encaminhado resolutamente nossos esforços. Talvez esta exposição pareça fria e teórica aos que não conhecem a espantosa tragédia que vive o país no que diz respeito a essas seis questões, às quais se junta a mais humilhante opressão política.

Dos pequenos agricultores cubanos, 85% pagam renda e vivem sob a constante ameaça de serem expulsos de suas parcelas. Mais da metade das melhores terras cultivadas está em mãos estrangeiras. Em Oriente, que é a província mais larga, as terras da United Fruit Company e da West Indian unem a costa norte com a costa sul. Há 200 mil famílias camponesas que não possuem um palmo de terra onde semear culturas para alimentar seus filhos famintos. No entanto, permanecem incultas, em mãos de interesses poderosos, cerca de 300 mil *caballerías* de terras produtivas. Se Cuba é um país eminentemente agrícola, se sua população é em grande parte camponesa, se a cidade depende do campo, se a grandeza e a prosperidade de nossa nação dependem de um campesinato saudável e vigoroso que ame e saiba cultivar a terra, de um Estado que o proteja e oriente, como é possível que continue esse estado de coisas?

Salvo umas quantas indústrias alimentícias, madeireiras e têxteis, Cuba continua como uma feitoria produtora de matéria-prima. Exporta-se açúcar para importar caramelos, exporta-se couro para importar sapatos, exporta-se ferro para importar arados... Todo mundo concorda que é urgente industrializar o país, que são necessárias indústrias metalúrgicas, indústrias de papel, indústrias química; que é preciso melhorar a pecuária, os cultivos, a técnica e a elaboração de nossas indústrias alimentícias, a fim de que possam resistir à concorrência ruínosa que lhes fazem as indústrias europeias de queijo, leite condensado, licores e azeites, e as de conservas norte-americanas; que necessitamos de navios mercantes; que o turismo poderia ser uma enorme fonte de riquezas. Mas os capitalistas exigem que os operários passem pelas *horcas*

*caudinas**. O Estado cruza os braços, e a industrialização fica para as calendas *griegas***.

Tão grave, ou pior, é a tragédia da habitação. Há em Cuba 200 mil *bohíos* e choças; 400 mil famílias do campo e da cidade vivem amontoadas em barracões, cortiços e porões sem as mais elementares condições de higiene e saúde; 2,2 milhões pessoas de nossa população urbana pagam aluguéis que absorvem de um quinto a um terço de seus rendimentos; e 2,8 milhões pessoas de nossa população rural e suburbana carecem de luz elétrica. Aqui acontece o mesmo: se o Estado se propõe a rebaixar os aluguéis, os proprietários ameaçam paralisar as construções; se o Estado fica indiferente, constroem enquanto podem perceber uma elevada renda, depois deixam de assentar qualquer tijolo, ainda que o resto da população viva na intempérie. Outro tanto faz o monopólio da eletricidade; estende as linhas até onde isso lhe seja lucrativo; daí em diante não lhe importa que pessoas vivam no escuro o resto de seus dias. O Estado cruza os braços, e o povo continua sem casas e sem luz.

Nosso sistema de ensino se completa perfeitamente com toda a situação descrita. Para que são necessárias escolas agrícolas num campo onde o camponês não é dono da terra? Numa cidade onde não há indústrias, qual a necessidade de escolas técnicas? Tudo se enquadra dentro da mesma lógica absurda: não há nem uma coisa nem outra. Em qualquer pequeno país da Europa existem mais de 200 escolas técnicas e de artes industriais. Em Cuba, não passam de seis, e os rapazes saem delas sem ter onde empregar-se. As escolinhas rurais são frequentadas por menos da metade das crianças em idade escolar – descalças, seminuas, desnutridas – e

* Ser obrigado pela força a seguir uma linha de conduta totalmente contrária ao que se deseja.

** Na antiga contagem de tempo romana, o primeiro dia de cada mês. Os gregos não tinham esta denominação. Adiar para as calendas gregas: expressão irônica que denota um tempo que não há de chegar jamais.

muitas vezes é o mestre que tem de adquirir, com seu próprio ordenado, o material necessário. É dessa forma que se pode construir uma grande pátria?

De tanta miséria só é possível livrar-se com a morte. Para isso, sim, o Estado ajuda: a morrer. Noventa por cento das crianças do campo são devoradas pelos parasitas, que nelas se infiltram da terra pelas unhas dos pés descalços. A sociedade comove-se diante da notícia do rapto ou do assassinato de uma criatura, mas permanece criminosamente indiferente diante do assassinato em massa de milhares e milhares de crianças que morrem todos os anos por falta de recursos, agonizando nos estertores do sofrimento. Seus olhos inocentes – onde se observa o brilho da morte – parecem olhar para o infinito como se pedissem perdão para o egoísmo humano e para que não caia sobre os homens a maldição de Deus. E quando um pai de família trabalha quatro meses no ano, como pode comprar roupas e medicamentos para seus filhos? Crescerão raquíticos; aos 30 anos não terão um dente são na boca, terão ouvido dez milhões de discursos, e, finalmente, morrerão de miséria e decepção. O acesso aos hospitais do Estado, sempre repletos, só é possível mediante a recomendação de um político influente que exigirá do desgraçado seu voto e o de toda a sua família para que Cuba continue sempre igual ou pior.

Com tais antecedentes, como deixar de explicar que, de maio a dezembro, um milhão de pessoas não encontram trabalho, e que, com uma população de cinco milhões e meio de habitantes, Cuba tenha atualmente mais desocupados que a França e a Itália, com uma população de mais de 40 milhões cada uma?

Senhores juízes, ao julgardes um acusado por roubo, não lhe perguntais quanto tempo está sem trabalho, quantos filhos tem, em que dias da semana comeu; não vos preocupais, em absoluto, pelas condições sociais do meio em que vive; o enviais ao cárcere sem maiores contemplações. Para lá não vão os ricos que queimam armazéns e lojas para cobrar as apólices de seguros, ainda que tam-

bém sejam queimados alguns seres humanos. Eles têm dinheiro de sobra para pagar advogados e subornar magistrados. Enviais ao cárcere o infeliz que rouba de fome, mas nenhum das centenas de ladrões que roubaram milhões ao Estado jamais dormiu uma noite no xadrez. Ides cear com eles no fim do ano em restaurantes aristocráticos. Merecem vosso respeito. Em Cuba, quando um funcionário se torna milionário da noite para o dia e entra para a sociedade dos ricos, pode ser recebido com as mesmas palavras daquele opulento personagem de Balzac, Taillefer, quando brindou em honra do jovem que acabava de herdar imensa fortuna: “Senhores, bebamos ao poder do ouro! O senhor Valentin, seis vezes milionário, acaba atualmente de ascender ao trono. É rei, pode tudo, está por cima de tudo, como acontece a todos os ricos. Daqui por diante, a igualdade diante da lei, consignada no frontispício da Constituição, será um mito para ele. Não estará sujeito às leis, ao contrário, as leis se submeterão a ele. Para os milionários não existem tribunais nem sanções”.

O futuro do país e a solução de seus problemas não podem continuar dependendo do interesse egoísta de uma dúzia de magnatas; nem dos cálculos frios a respeito de lucros feitos nos seus escritórios com ar-condicionado, por dez ou doze milionários. A nação não pode continuar de joelhos, implorando os milagres de alguns bezerros de ouro que, como o do Antigo Testamento derrubado pela ira do profeta, não fazem milagres de nenhuma espécie. Os problemas da República só terão solução se nos dedicarmos a lutar por ela com a mesma energia, honradez e patriotismo que nossos libertadores revelaram ao lhe dar vida. E não é com estadistas do tipo de Carlos Saladrigas, cuja política consiste em deixar tudo como está e passar a vida dizendo bobagens sobre a “absoluta liberdade de empresa”, as “garantias ao capital de inversão” e a “lei da oferta e da procura”, e que serão resolvidos tais problemas. Num palacete da Quinta Avenida, esses ministros podem conversar alegremente até que já não reste nem o pó dos ossos dos que hoje

reclamam soluções urgentes. E no mundo atual nenhum problema social é resolvido por geração espontânea.

Um governo revolucionário, com o apoio do povo e o respeito da nação, depois de limpar as instituições dos funcionários venais e corrompidos, iniciaria imediatamente a tarefa de industrializar o país, mobilizando todo o capital inativo, que ultrapassa, atualmente, 1,5 bilhão, através do Banco Nacional e do Banco de Fomento Agrícola e Industrial, e entregando essa magna tarefa ao estudo, direção, planificação e realização de técnicos e homens de absoluta competência, inteiramente alheios às futuras políticas.

Um governo revolucionário, depois de fixar em suas parcelas, como donos, os cem mil pequenos agricultores que hoje pagam renda, dedicar-se-ia a resolver definitivamente o problema da terra; primeiro: estabelecendo, como ordena a Constituição, um máximo de extensão para cada tipo de empresa agrícola e adquirindo o excesso por expropriação, reivindicando as terras usurpadas do Estado, secando os alagados e terrenos pantanosos, plantando enormes viveiros e reservando zonas para o reflorestamento; segundo: repartindo a terra restante entre as famílias camponesas, preferentemente às numerosas, fomentando cooperativas de agricultores para a utilização comum de equipamentos de custo elevado, de frigoríficos e da mesma direção técnico-profissional no cultivo e na criação; e, por fim, facilitando recursos, equipamentos, proteção e conhecimentos úteis ao campesinato.

Um governo revolucionário resolveria o problema da moradia, reduzindo drasticamente os aluguéis em 50%, eximindo de toda contribuição as casas próprias, triplicando os impostos sobre as casas alugadas, demolindo os cortiços para erguer, em seu lugar, modernos edifícios de apartamentos e financiando a construção de moradias em toda a Ilha em escala inédita, seguindo o critério de que, assim como o ideal no campo é que cada família possua sua própria parcela, o ideal na cidade é que cada família resida em sua casa própria ou apartamento. Há material suficiente e braços

de sobra para edificar uma habitação decente para cada família cubana. Mas, se continuarmos a esperar pelo milagre do bezerro de ouro, passar-se-ão mil anos, e o problema não se modificará. Por outro lado, as possibilidades de levar eletricidade até o último rincão da Ilha são hoje maiores do que nunca, porquanto já é uma realidade a aplicação da energia nuclear a esse ramo da indústria, o que barateará enormemente seu custo de produção.

Com essas três iniciativas e reformas, desapareceria automaticamente o problema do desemprego, e a profilaxia e a luta contra as enfermidades seria tarefa muito mais fácil.

Finalmente, um governo revolucionário realizaria a reforma integral do ensino, colocando-o em harmonia com as iniciativas anteriores, para preparar devidamente as gerações que estão chamadas a viver numa pátria mais feliz. Não esqueçam as palavras do Apóstolo*: “Comete-se na América Latina um erro gravíssimo: povos que vivem quase por completo dos produtos do campo têm uma educação exclusivamente voltada para a vida urbana e não são preparados para a vida camponesa”. “O povo mais feliz é o que tiver seus filhos bem-educados, na instrução do pensamento e na direção dos sentimentos.” “Um povo culto sempre será forte e livre”.

* José Martí.

VIII

Mas a alma do ensino é o professor primário. E os educadores em Cuba são pagos miseravelmente. Não obstante, não há indivíduo mais enamorado de sua vocação que o mestre-escola cubano. Quem não aprendeu suas primeiras letras numa escolinha pública? Basta de pagar esmolas aos homens e mulheres que têm em suas mãos a missão mais sagrada do mundo de hoje e de amanhã, a de ensinar.

Nenhum professor primário deve ganhar menos de 200 pesos, como nenhum professor secundário deve perceber menos de 350, se quisermos que se dediquem inteiramente à sua elevada missão, sem ter que viver atormentados por toda sorte de mesquinhas privações. Ademais, deve conceder-se aos mestres que desempenham seu mister no campo o uso gratuito dos meios de transporte; e a todos, a cada cinco anos, pelo menos, férias de seis meses com vencimentos, para que possam assistir a cursos especiais no país ou no estrangeiro, se ponham em dia com os últimos conhecimentos pedagógicos e melhorem constantemente seus programas e sistemas.

De onde tirar o dinheiro necessário? Quando deixarem de roubar, quando não houver funcionários venais que se deixam subornar pelas grandes empresas em detrimento do fisco, quando os imensos recursos nacionais forem mobilizados e não se comprarem mais tanques, bombardeiros e canhões neste país sem fronteiras (só para guerrear contra o povo) e quando se quiser educar em vez de matar. Então, sim, haverá dinheiro de sobra.

Cuba poderia abrigar esplendidamente uma população três vezes maior. Não há, pois, razão para tanta miséria entre seus atuais habitantes. Os mercados deveriam estar abarrotados de produtos; as despensas das casas, cheias; todos os braços poderiam estar produzindo laboriosamente. Não, não é inconcebível. O inconcebível é que homens durmam com fome enquanto existe terra sem semear; o inconcebível é que haja crianças que morram sem assistência médica; o inconcebível é que 30% de nossos camponeses não saibam assinar o nome e 99% não conheçam a História de Cuba; o inconcebível é que a maioria das famílias de nossos campos esteja vivendo em piores condições que os índios encontrados por Colombo ao descobrir a terra mais formosa que os olhos humanos já viram.

Aos que me chamarem sonhador, responderei como Martí: “O verdadeiro homem não olha de que lado se vive melhor, mas sim de que lado está o dever; e este é o único homem prático cujo sonho de hoje será a lei de amanhã, porque aquele que tenha posto os olhos nas entranhas do universo e visto os povos se agitar inflamados e ensanguentados, na masseira dos séculos, sabe que o porvir, sem uma única exceção, está do lado do dever”.

Somente inspirados em tão elevados propósitos é possível conceber o heroísmo dos que caíram em Santiago de Cuba. Os escassos meios materiais com que contávamos impediram o êxito certo. Disseram aos soldados que Prío nos dera um milhão de pesos, porque desejavam desvirtuar o fato mais grave para eles: nosso movimento não tinha relação alguma com o passado; representa uma nova geração cubana, com suas próprias ideias, que se ergue contra a tirania, de jovens que mal alcançavam os sete anos quando Batista começou a cometer seus primeiros crimes, em 1934. A mentira do milhão não podia ser mais absurda. Se com menos de 20 mil pesos armamos 165 homens e atacamos um regimento e um esquadrão, com um milhão de pesos teríamos armado oito mil homens, atacado 50 regimentos, 50 esquadrões,

Ugalde Carrillo não se teria dado conta até o domingo, 26 de julho, às 5h15min. Saibam que, para cada um que veio combater, ficaram 20 perfeitamente treinados, que não vieram porque não havia armas. Esses homens desfilaram pelas ruas de Havana com a manifestação estudantil por ocasião da comemoração do Centenário de Martí. Eles enchiam seis quarteirões em massa compacta. Duzentos mais que pudessem ter vindo ou 20 granadas de mão em nosso poder e talvez poupássemos a este tribunal tantos aborrecimentos.

Os políticos gastam em suas campanhas milhões de pesos, subornando consciências. E um punhado de cubanos que quis salvar a honra da pátria teve de enfrentar a morte com as mãos vazias, por falta de recursos. Isso explica por quem o país vem sendo governado, não por homens generosos e abnegados, mas pelo baixo mundo da politicalha, pela malandragem de nossa vida pública.

Declaro, mais orgulhoso que nunca, e de acordo com os nossos princípios: nenhum político do passado nos viu bater às suas portas pedindo um centavo. Nossos recursos foram reunidos com exemplos de sacrifícios sem igual, como o daquele jovem, Elpidio Sosa, que vendeu seu emprego e um dia apresentou-se a mim com 300 pesos “para a causa”; Fernando Chenard, que vendeu os aparelhos de seu estúdio fotográfico, com que ganhava a vida; Pedro Marrero, que empenhou seus vencimentos de muitos meses e foi preciso proibi-lo de vender também os móveis de sua casa; Oscar Alcalde, que vendeu seu laboratório de produtos farmacêuticos; Jesús Montané, que entregou o dinheiro que havia economizado durante mais de cinco anos; e dessa forma muitos outros, despojando-se cada um do pouco que possuía.

É necessário ter uma fé muito grande em sua pátria para assim proceder. E essas recordações de idealismo levam-me diretamente ao capítulo mais amargo dessa defesa: o preço que a tirania os fez pagar por quererem libertar Cuba da opressão e da injustiça.

Cadáveres amados os que um dia
 Já fostes sonhos desta pátria minha,
 Arrojai, arrojai à minha frente
 O pó dos vossos ossos carcomidos!
 Meu coração, com vossas mãos, tocai-o!
 Gemei em meus ouvidos!
 Pois que há de ser cada um de meus gemidos
 Lágrimas de mais um dos opressores!
 Andai a meu redor; vagai enquanto
 Meu ser o vosso espírito recebe
 E dai-me então dos túmulos o espanto
 Já que, para chorar, é pouco o pranto
 Quando em infame escravidão se vive!*

Multiplicai por dez o crime de 27 de novembro de 1871 e tereis os crimes monstruosos e repugnantes de 26, 27, 28 e 29 de julho de 1953 em Oriente. Os fatos ainda são recentes. Mas quando se passarem os anos e o céu da pátria se desanuviar, quando os ânimos exaltados se acalmarem e o medo não perturbar os espíritos, então se começará a ver, em toda sua espantosa realidade, a magnitude do massacre, e as gerações vindouras volverão aterrorizadas os olhos para este ato de barbárie sem precedentes em nossa história. Não quero, porém, que a ira me cegue, pois necessito de toda a clareza de minha mente e a serenidade do meu coração destroçado para expor os fatos tal como ocorreram, com toda singeleza, ao invés de exagerar seu dramatismo, porque sinto vergonha, como cubano, que homens sem entranhas, com seus crimes inqualificáveis, tenham desonrado nossa pátria perante o mundo.

* José Martí.

IX

Jamais o tirano Batista foi homem de escrúpulos, que vacilasse antes de pregar ao povo a mais fantástica mentira. Quando quis justificar a quartelada traidora de 10 de março, inventou um suposto golpe militar que deveria ocorrer no mês de abril e que “ele quis evitar para que a República não fosse afogada em sangue”, historietas ridículas que ninguém acreditou. E quando quis submergir em sangue a República e afogar no terror, na tortura e no crime a justa rebeldia de uma juventude que não desejava ser sua escrava, inventou então mentiras mais fantásticas ainda. Que pouco respeito se tem a um povo, quando se trata de enganá-lo tão miseravelmente! No mesmo dia em que fui detido, assumi publicamente a responsabilidade do movimento armado de 26 de julho, e, se apenas uma das coisas que o ditador disse contra nossos combatentes fosse verdade, isso bastaria para tirar-me a força moral no processo. Por que me levaram a julgamento? Por que falsificaram o atestado médico sobre meu estado de saúde? Por que violaram todas as leis de processo e desacataram escandalosamente todas as ordens do tribunal? Por que foram feitas coisas nunca vistas num processo público, a fim de evitar a todo custo o meu comparecimento? Em troca, eu fiz o indizível para estar presente. Reclamei do tribunal que fosse julgado no cumprimento estrito das leis, denunciei as manobras realizadas para impedi-lo. Queria discutir com eles frente a frente e face a face.

Não quiseram: quem estava e quem não estava com a verdade?

As mentiras que o ditador proferiu do polígono do acampamento de Columbia seriam dignas de riso se não estivessem tão empapadas de sangue. Disse que os atacantes eram um grupo de mercenários entre os quais havia numerosos estrangeiros; afirmou que a parte principal do plano era um atentado contra ele —, ele, sempre ele —, como se os homens que atacaram o baluarte do Moncada não pudessem matá-lo, tanto a ele como a 20 como ele, se estivessem de acordo com métodos semelhantes; declarou que o ataque fora idealizado pelo presidente Prío e financiado com seu dinheiro, e já se comprovou, à saciedade, a ausência absoluta de qualquer relação entre este movimento e o regime passado; asseverou que estávamos armados de metralhadoras e granadas de mão, e os técnicos do Exército declararam que só tínhamos uma metralhadora e nenhuma granada de mão; anunciou que havíamos degolado a sentinela e, no sumário, surgiram os atestados de óbito e os atestados médicos correspondentes a todos os soldados mortos ou feridos, nos quais se verifica que ninguém apresenta lesões de arma branca. Mas, o mais importante, disse que havíamos esfaqueado os doentes do Hospital Militar e os médicos desse mesmo hospital, nada menos que os médicos do Exército! Declararam no julgamento que esse edifício nunca estivera por nós ocupado, que nenhum enfermo foi morto ou ferido e que só houve ali uma baixa, correspondente a um empregado sanitário que assomou imprudentemente a uma janela.

Quando um chefe de Estado, ou quem pretende sê-lo, faz declarações ao país, não fala por falar; abriga sempre algum propósito, persegue sempre um efeito, anima-o sempre uma intenção. Se já havíamos sido militarmente vencidos, se já não significávamos um perigo real para a ditadura, por que nos caluniava desse modo? Se não está claro que era um discurso sangrento, se não é evidente que se pretendia justificar os crimes que estavam sendo cometidos desde a noite anterior e que se iriam cometer depois, que falem por mim os números: a 27 de julho, em seu discurso do polígono

militar, Batista disse que os atacantes tiveram 32 mortos; no fim de semana os mortos subiam a mais de 80. Em que batalhas, em que lugares, em que combates morreram esses jovens? Antes de Batista falar foram assassinados mais de 25 prisioneiros; depois que falou, 50.

Que sentido tão grande de honra o desses militares, modestos técnicos e profissionais do Exército, que ao comparecerem ante o tribunal não desfiguraram os fatos e fizeram seus relatórios de acordo com a estrita verdade! Estes, sim, são militares que honram o uniforme, estes, sim, são homens! O verdadeiro militar, ou o verdadeiro homem, é incapaz de manchar sua vida com a mentira e o crime. Sei que estão terrivelmente indignados com os bárbaros homicídios e que sentem com repugnância e vergonha o odor do sangue dos assassinados de que está impregnado, até a última pedra, o Quartel Moncada.

Desafio o ditador para que repita agora, se puder, suas perversas calúnias, sobrepondo-se ao testemunho desses militares honrados, para que justifique diante do povo de Cuba seu discurso de 27 de julho. Que não se cale, que fale! Que diga quem são os assassinos, os desapiedados, os desumanos, que diga se a Cruz de Honra que foi colocar no peito dos heróis do massacre era para premiar os crimes repugnantes cometidos; que assuma desde agora a responsabilidade perante a História e não pretenda dizer depois que foram os soldados sem ordens suas, que explique à nação os 70 assassinatos. Foi sangue em demasia! A nação necessita de uma explicação, a nação o solicita, a nação o exige.

Sabia-se que em 1933, ao terminar o combate do Hotel Nacional, alguns oficiais foram assassinados depois de se renderem, o que motivou um protesto enérgico da revista *Bohemia*; sabia-se também que depois da capitulação do forte de Atarés as metralhadoras dos sitiantes varreram uma fileira de prisioneiros, e que um soldado, perguntando quem era Blas Hernández, o assassinou, disparando-lhe um tiro em pleno rosto. O soldado, como

prêmio de sua ação covarde, foi elevado a oficial. Sabe-se que o assassinato de prisioneiros está unido fatalmente na História de Cuba ao nome de Batista. Santa ingenuidade a nossa que não o compreendemos claramente! Não obstante, naquele tempo os fatos sucederam em questão de minutos, o instante que dura uma rajada de metralhadora. Os ânimos ainda estavam exaltados, embora nunca se possa justificar tal procedimento. Assim não ocorreu em Santiago de Cuba. Aqui foram ultrapassadas todas as formas de crueldade, de fúria e de barbárie. Não foi durante um minuto, uma hora ou um dia inteiro que se matou, mas sim durante uma semana inteira. Os golpes, as torturas, os lançamentos de telhados e os disparos não cessaram um instante como instrumentos de extermínio, manejados por perfeitos artistas do crime. O Quartel Moncada converteu-se numa câmara de tortura e de morte, e homens indignos mudaram o uniforme militar pelos aventais dos carneiros. Os muros foram salpicados de sangue; as balas ficaram incrustadas nas paredes com fragmentos de peles, miolos e cabelos humanos, chamuscados pelos disparos à queima-roupa; e a relva cobriu-se de sangue escuro e pegajoso. As mãos criminosas dos que regem os destinos de Cuba escreveram para os prisioneiros, à entrada daquele antro de morte, a inscrição do inferno: *“Lasciate ogni speranza, voi ch’entrate.”**

Nem sequer foram guardadas as aparências, não tiveram a menor preocupação em dissimular o que estavam fazendo: acreditaram ter enganado o povo com suas mentiras e terminaram eles próprios enganando-se. Sentiram-se amos e senhores do mundo, donos absolutos da vida e da morte. Assim, o susto da madrugada foi dissipado num festim de cadáveres, numa verdadeira embriaguez de sangue.

As crônicas de nossa história, a partir de quatro séculos e meio atrás, narram muitos fatos de crueldade, desde as matanças

* “Deixai toda a esperança, vós que entráis.”

de índios indefesos, as atrocidades dos piratas que assolavam as costas, as barbaridades dos *guerrilleros** na luta de independência, os fuzilamentos de prisioneiros cubanos pelo exército de Weyler, os horrores do tempo de Machado, até os crimes de março de 1935; mas nunca se escreveu uma página sangrenta tão triste e sombria, pelo número de vítimas e pela crueldade de seus algozes, como em Santiago de Cuba. Só um homem em todo esse período manchou de sangue duas épocas de nossa existência histórica e cravou suas garras na carne de duas gerações de cubanos. E, para derramar esse rio de sangue sem precedentes, esperou que estivéssemos no Centenário do Apóstolo, quando a República acabava de cumprir 50 anos, a República que tantas vidas custou para a liberdade, o respeito e a felicidade de todos os cubanos. Ainda maior e mais condenável é o delito, porque pesa sobre um homem que já governara como amo durante 11 longos anos esse povo que, por tradição e sentimento, ama a liberdade e repudia o crime com toda sua alma; homem que não foi, ademais, nem leal, nem sincero, nem honrado, nem cavalheiro um só minuto de sua vida pública.

Não bastaram a traição de janeiro de 1934, os crimes de março de 1935 e a fortuna de 40 milhões que coroaram a primeira etapa; eram necessários a traição de março de 1952, os crimes de julho de 1953 e os milhões que só o tempo dirá. Dante dividiu o inferno em nove círculos: no sétimo pôs os criminosos, no oitavo os ladrões e no nono os traidores. Duro dilema o dos demônios para encontrar um adequado local à alma desse homem... tivesse ele alma! Quem estimulou os hediondos crimes de Santiago de Cuba nem sequer tem entranhas.

* Nome pelo qual eram conhecidos os criollos que lutavam contra os mambises, por ordem dos seus senhores espanhóis, durante a guerra da independência de Cuba.

X

Conheço muitos detalhes de como foram praticados esses crimes através de alguns militares que, cheios de vergonha, me relataram as cenas das quais foram testemunhas.

Terminado o combate, lançaram-se como feras enfurecidas sobre a cidade de Santiago e saciaram suas primeiras iras contra a população indefesa. Em plena rua, e muito distante do local onde se travou a luta, atravessaram com uma bala o peito de um menino inocente que brincava junto à porta de sua casa. Ao aproximar-se o pai para recolhê-lo, vararam-lhe a testa com outra bala. Atiraram, sem uma palavra, no “garoto” Cala, que ia para sua casa com um embrulho de pão nas mãos.

Seria interminável o relato dos crimes e ultrajes cometidos contra a população civil. E, se assim agiram contra os que não haviam participado da ação, então é possível imaginar a sorte horrível que tiveram os prisioneiros participantes ou que eles julgavam ter participado. Assim como envolveram nesta causa pessoas completamente alheias aos acontecimentos, assim igualmente mataram muitos dos primeiros detidos que nada tinham a ver com o ataque; estes não estão incluídos nas cifras que foram fornecidas das vítimas, as quais se referem exclusivamente a nossos homens. Algum dia saber-se-á o número total dos imolados.

O primeiro prisioneiro assassinado foi nosso médico, o doutor Mario Muñoz, que não conduzia armas nem uniforme e vestia sua bata de galeno. Homem generoso e competente, teria atendido

com a mesma devoção tanto o adversário quanto o amigo ferido. No percurso do Hospital Civil ao quartel deram-lhe um tiro pelas costas e deixaram-no estendido de barriga para baixo, num charco de sangue. Mas a matança de prisioneiros não começou senão depois das três da tarde.

Até essa hora esperaram ordens. Então chegou de Havana o general Martín Díaz Tamayo, trazendo instruções concretas expedidas de uma reunião em que se encontravam Batista, o chefe do Exército, o chefe do SIM, o próprio Díaz Tamayo e outros. Disse ele que “era uma vergonha e uma desonra para o Exército ter tido em combate três vezes mais baixas que os atacantes. É preciso matar dez prisioneiros por soldado morto”. Esta foi a ordem!

Em todo agrupamento humano há homens de baixos instintos, criminosos natos, feras portadoras de todos os atavismos ancestrais e revestidas de forma humana, monstros refreados pela disciplina e o hábito social, mas que se se lhes permitir beber num rio de sangue, não cessarão até que o tenham secado. Tais homens necessitavam precisamente dessa ordem. Pereceu em suas mãos o que havia de melhor em Cuba: o mais valente, o mais honrado, o mais idealista. O tirano chamou-lhes mercenários, e lá estavam eles morrendo como heróis nas mãos de homens que cobram um soldo da República e que com as armas que ela lhes entregou para que a defendessem servem aos interesses de uma camarilha e assassinam os melhores cidadãos.

No meio das torturas lhes ofereciam a vida se, traíndo sua posição ideológica, se prestassem a declarar falsamente que Prío lhes havia dado o dinheiro. E, como rechaçavam indignados a proposta, continuavam a torturá-los horripilantemente. Tiveram os testículos triturados e os olhos arrancados, mas nenhum claudicou, não se ouviu um lamento nem uma súplica; ainda quando tenham sido privados de seus órgãos viris, continuavam sendo mil vezes mais homens que todos os seus verdugos juntos. As fotografias não mentem. Nelas os cadáveres aparecem mutilados.

Ensaíaram outros meios: como não puderam abalar o valor dos homens, tentaram experimentar a firmeza das mulheres. Com um olho humano ensanguentado nas mãos apresentaram-se, um sargento e vários homens, no calabouço em que se achavam as companheiras Melba Hernández e Haydée Santamaría. Dirigindo-se a esta, mostrando um olho, disseram-lhe: “Este é de teu irmão. Se não disseres o que ele não quis dizer, lhe arrancaremos o outro”. Ela, que queria a seu valente irmão acima de todas as coisas, contestou-lhes cheia de dignidade: “Se vocês lhe arrancaram um olho e ele não falou, muito menos falarei eu”. Voltaram mais tarde e a queimaram nos braços com pontas de cigarros acesos, até que por fim, cheios de despeito, disseram novamente à jovem Haydée Santamaría: “Já não tens mais noivo porque o matamos também”. E ela novamente contestou-lhes imperturbável: “Ele não morreu, porque morrer pela pátria é viver”. O nome da mulher cubana jamais foi colocado numa altura tão elevada de heroísmo e dignidade.

Nem sequer respeitaram os feridos em combate, recolhidos em diferentes hospitais da cidade, onde foram buscá-los como abutres que seguem a presa. No Centro Gallego, penetraram até na sala de operações no instante em que recebiam transfusão de sangue dois feridos graves. Estes foram arrancados das mesas, e, como não podiam manter-se de pé, foram arrastados até o pavimento térreo, onde chegaram cadáveres.

No local em que se encontravam recolhidos os companheiros Gustavo Arcos e José Ponce, na Colônia Espanhola, não puderam fazer o mesmo, porque foram valentemente impedidos pelo doutor Posada, que lhes disse que teriam, antes, de passar sobre seu cadáver.

Injetaram ar e cânfora nas veias de Pedro Miret, Abelardo Crespo e Fidel Labrador para matá-los no Hospital Militar. Devem suas vidas ao capitão Tamayo, médico do Exército, e verdadeiro militar de honra, que de pistola em punho arrebatou-os aos verdugos e trasladou-os ao Hospital Civil.

Esses cinco jovens foram os únicos feridos que puderam sobreviver.

Grupos de prisioneiros eram retirados do acampamento pela madrugada e transportados em automóveis para Siboney, La Maya, Songo e outros lugares, já deformados pelas torturas, a fim de serem mortos em paragens solitárias. Depois constaram como mortos em combate com o Exército. Isso foi feito durante vários dias, e muito poucos prisioneiros dos que iam sendo detidos sobreviveram. Obrigaram muitos a cavarem sua própria sepultura. Um dos jovens, ao realizar essa operação, voltou-se e marcou com a picareta o rosto de um dos assassinos. Outros, inclusive, foram enterrados vivos com as mãos atadas às costas. Muitos lugares solitários servem de cemitério aos bravos. Só no acampamento de tiro do Exército existem enterrados cinco. Serão algum dia desenterrados e levados nos ombros do povo até o monumento que, junto ao túmulo de Martí, a pátria livre deverá erigir aos “Mártires do Centenário”.

O último jovem que assassinaram na zona de Santiago de Cuba foi Marcos Martí. Detiveram-no numa gruta de Siboney, quinta-feira, 30, pela manhã, junto com o companheiro Ciro Redondo. Quando os levaram andando pela estrada, os braços levantados, dispararam sobre o primeiro um tiro pelas costas e, já no solo, atingiram-no com várias descargas. Conduziram o segundo até o acampamento. O comandante Pérez Chaumont exclamou assim que o viu: “E para que me trouxeram este?!” O tribunal pode ouvir a narrativa do fato pela voz desse jovem, que sobreviveu graças ao que Pérez Chaumont chamou “uma estupidez dos soldados”.

Em toda a província a palavra de ordem era geral. Dez dias depois do 26 de julho, um jornal desta cidade publicou a notícia de que, na estrada de Manzanillo a Bayamo, haviam aparecido dois jovens enforcados. Soube-se mais tarde que eram os cadáveres de Hugo Camejo e Pedro Vélez. Ali ocorreu também algo extraordinário: as vítimas eram três; haviam sido tiradas do quartel de Manzanillo às 2h; num ponto da estrada fizeram-nas descer e depois de golpeá-las

até fazê-las perder os sentidos, estrangularam-nas com uma corda. Mas quando já as haviam dado como mortas, uma delas, Andrés García, recobrou os sentidos, procurou abrigo na casa de um camponês e, também, graças a isso, o tribunal pôde conhecer o crime com todo o luxo de pormenores. Esse jovem foi o único sobrevivente de todos os prisioneiros feitos na zona de Bayamo.

Perto de Río Cauto, num lugar conhecido pelo nome de Barrancas, jazem no fundo de um poço fechado os cadáveres de Raúl de Aguiar, Armando del Valle e Andrés Valdês, assassinados à meia-noite, no caminho de Alto Cedro a Palma Soriano, pelo sargento Montes de Oca, chefe da guarda do quartel de Miranda, pelo cabo Macedo e pelo tenente comandante de Alto Cedro, onde os jovens foram detidos.

Nos anais do crime merece menção de honra o sargento Eulálio González, do quartel Moncada, apelidado “o Tigre”. Esse homem não tinha o menor pejo em jactar-se de suas tristes façanhas. Foi ele que assassinou com suas próprias mãos o nosso companheiro Abel Santamaría. Mas não estava satisfeito. Um dia em que regressava da prisão de Boniato, em cujos pátios mantém uma criação de galos de raça, subiu no mesmo ônibus em que viajava a mãe de Abel. Quando o monstro verificou de quem se tratava, começou a se referir em voz alta as suas proezas, dizendo bem alto para ser ouvido pela senhora enlutada: “Pois é, arranquei muitos olhos e penso continuar a arrancá-los”. Os soluços da mãe, diante da covarde afronta que lhe atirava o próprio assassino de seu filho, expressam, melhor que qualquer palavra, o opróbrio moral sem precedentes que sofre nossa pátria. Respondiam com cinismo inaudito às mães, quando estas iam ao quartel Moncada perguntar por seus filhos: “Como não, senhora, vá vê-lo no Hotel Santa Ifigenia, onde o hospedamos”. Ou Cuba não é Cuba, ou os responsáveis por esses fatos terão que sofrer um castigo terrível! Homens desalmados insultavam grosseiramente o povo quando as pessoas tiravam os chapéus à passagem dos cadáveres dos revolucionários.

Foram tantas as vítimas que o governo ainda não se atreveu a fornecer as listas completas. Sabem que as cifras não guardam nenhuma proporção com a realidade. Têm os nomes de todos os mortos porque antes de assassinar os prisioneiros eram anotadas todas as suas indicações. O longo trâmite de identificação através do Gabinete Nacional foi pura palhaçada. E há famílias que ainda não sabem a sorte de seus filhos. Se passaram quase três meses, por que não se diz a última palavra?

Desejo que se faça constar que revistaram os bolsos dos cadáveres em busca do último centavo e lhes despojaram dos objetos de uso pessoal, anéis e relógios, que hoje estão sendo usados descaradamente pelos assassinos.

Grande parte do que acabo de vos relatar, senhores juízes, já era do vosso conhecimento através das declarações de meus companheiros. Observe-se, porém, que não permitiram que viessem a este julgamento muitas testemunhas comprometedoras e que, no entanto, assistiram às sessões do outro sumário. Faltaram, por exemplo, todas as enfermeiras do Hospital Civil, apesar de estarem aqui ao nosso lado, trabalhando no mesmo edifício onde se realiza esta sessão; não as deixaram comparecer para que não pudessem afirmar diante do tribunal, contestando as minhas perguntas, que aqui foram detidos 20 homens vivos, além do doutor Mario Muñoz. Temiam que da inquirição das testemunhas eu pudesse consignar nos autos provas muito perigosas.

Mas veio o comandante Pérez Chaumont e não pôde escapar. O ocorrido com esse herói de batalhas contra homens desarmados e manietados dá ideia do que teria se passado no Palácio de Justiça se não me houvessem afastado do processo. Perguntei a Pérez Chaumont quantos de nossos homens morreram em seus célebres combates de Siboney. Titubeou. Insisti, e acabou dizendo que haviam sido 21. Como sei que tais combates jamais ocorreram, perguntei-lhe quantos feridos tivéramos. Contestou-me que nenhum: todos foram mortos. Diante disso, assombrado, tornei

a indagar se o Exército estava usando armas atômicas. Claro que onde há assassinados à queima-roupa não há feridos. Perguntei-lhe depois quantas baixas tivera o Exército. Respondeu-me que dois tinham sido os feridos. Inquiri, por fim, se alguns desses feridos haviam morrido. Disse-me que não. Esperei. Desfilaram mais tarde todos os feridos do Exército e aconteceu que nenhum o havia sido em Siboney. O mesmo comandante Pérez Chaumont, que mal corava de haver assassinado 21 jovens indefesos, construiu na praia de Ciudadamar um palácio que vale mais de cem mil pesos. Pequenas economias, em apenas alguns meses, depois do golpe de março. E se isso economizou o capitão, quanto terão economizado os generais?!

XI

Senhores juízes: onde se encontram nossos companheiros aprisionados nos dias 26, 27, 28 e 29 de julho, que, se sabe, passavam de 60 na zona de Santiago de Cuba? Apenas três e as duas moças compareceram; os demais foram todos detidos mais tarde. Onde se acham nossos companheiros feridos? Apenas cinco apareceram; os restantes foram também assassinados. Os fatos são irrefutáveis. Entretanto, aqui, circularam 20 militares que foram nossos prisioneiros e que, de acordo com suas próprias palavras, não sofreram uma ofensa sequer. Desfilaram por aqui 30 feridos do Exército, muitos deles em combates de rua, e nenhum foi liquidado. Se o Exército teve 19 mortos e 30 feridos, como é possível que tenhamos tido 80 mortos e 5 feridos? Quem jamais viu combate de 21 mortos e nenhum ferido, como os famosos de Pérez Chaumont?

Aí estão as cifras dos duros combates da Coluna Invasora da guerra de 1895, tanto naqueles em que as armas cubanas saíram vitoriosas como nos que foram vencidas: combate dos índios, em Las Villas – 12 feridos, nenhum morto; combate de Mal Tiempo – 4 mortos, 23 feridos; combate de Calimete – 16 mortos, 64 feridos; combate de La Palma – 39 mortos, 88 feridos; combate de Cacarajícara – 5 mortos, 13 feridos; combate do Descanso – 4 mortos, 45 feridos; combate de San Gabriel del Lombillo – 2 mortos, 18 feridos... Em todos, o número de feridos é duas vezes, três vezes e até dez vezes maior que o de mortos. Não existiam então os

modernos avanços da ciência médica que diminui a proporção dos mortos. Como explicar a fabulosa proporção de 16 mortos por um ferido, senão com o extermínio dos feridos nos hospitais e com o assassinato dos prisioneiros indefesos? Os números desafiam toda e qualquer contestação.

“É uma vergonha e uma desonra para o Exército ter tido no combate três vezes mais baixas que os atacantes. É preciso matar dez prisioneiros por soldado morto”... Tal o conceito que têm de honra os cabos furriéis promovidos a generais a 10 de março. Esta a honra que pretendem impor ao Exército nacional. Honra falsa, honra fingida, honra de aparência, baseada na mentira, na hipocrisia e no crime. Assassinos que amassam com sangue uma máscara de honra. Quem lhes disse que morrer lutando é uma desonra? Quem lhes disse que a honra de um Exército consiste em assassinar feridos e prisioneiros de guerra?

Nas guerras, os exércitos que assassinam os prisioneiros granjeiam sempre o desprezo e a execração do mundo. Tamanha covardia não encontra justificação, mesmo tratando-se de inimigos da pátria, que invadem o território nacional. Como escreveu um libertador da América do Sul, “nem a disciplina militar mais severa pode converter a espada do soldado em machado do verdugo”. O militar de honra não assassina o prisioneiro indefeso após o combate. Respeita-o. Não liquida o ferido, mas o ajuda. Impede o crime, e, se assim não puder fazê-lo, agirá como aquele capitão espanhol que, ao ouvir os disparos do fuzilamento dos estudantes, quebrou sua espada indignado e renunciou continuar servindo ao Exército.

Os assassinos dos prisioneiros não se comportaram como dignos companheiros dos que morreram. Vi muitos soldados combaterem valorosamente, como os da patrulha que, de metralhadoras, contra nós atiraram, num choque quase corpo a corpo. Vi o sargento que, desafiando a morte, apoderou-se do alarma para mobilizar a acampamento. Uns estão vivos, alegro-me. Outros

estão mortos: acreditaram que cumpriram seu dever e isto os torna para mim dignos de admiração e respeito. Sinto somente que homens valorosos tombem na defesa de uma causa ingrata. Quando Cuba for livre, deve respeitar, amparar e ajudar as mulheres e os filhos dos valentes que caíram diante de nós. São vítimas inocentes das desgraças que se abateram sobre Cuba, são novas vítimas dessa situação nefasta.

Mas a honra conquistada pelos soldados ao morrerem em ação foi maculada pelos generais que mandaram, após o combate, assassinar prisioneiros. Homens que se transformaram em generais da noite para o dia, sem disparar um tiro, que compraram suas estrelas traindo a República, que mandam assassinar os prisioneiros de um combate em que não participaram – tais os generais do 10 de março, generais que não serviriam nem para arrear as mulas que carregavam a equipagem do Exército de Antonio Maceo.

Se o Exército teve três vezes mais baixas que nós, foi porque nossos homens estavam muito bem treinados, como aqueles generais disseram, e porque adotamos medidas práticas adequadas, como eles reconheceram. Se o Exército não desempenhou papel mais brilhante, se foi totalmente surpreendido, em que pese os milhões que gasta o SIM em espionagem, se suas granadas de mão não explodiram porque estavam velhas, isto se deve ao fato de que possui generais como Martín Díaz Tamayo e coronéis como Ugalde Carrillo e Alberto del Río Chaviano. Não foram 17 traidores, introduzidos nas fileiras do Exército como ocorreu no 10 de março, mas sim 165 patriotas que atravessaram a Ilha de um extremo a outro para afrontar a morte de face descoberta. Se esses chefes tivessem honra militar renunciariam a seus cargos, em vez de lavar sua vergonha e sua incapacidade pessoal no sangue dos prisioneiros.

Matar prisioneiros indefesos e depois dizer que foram mortos em combate – aí reside toda a capacidade militar dos generais

do 10 de março. Assim atuavam nos anos mais cruéis de nossa guerra de independência os piores sicários de Valeriano Weyler. *As Crônicas da Guerra* narram a seguinte passagem: “A 23 de fevereiro entrou em Punta Brava o oficial Baldomero Acosta com um pequeno grupo de cavalaria, enquanto, pelo caminho oposto, chegava um pelotão do regimento Pizarro, sob o comando de um sargento conhecido por Barriguilla. Os insurretos trocaram tiros com a gente do Pizarro e se retiraram pelo caminho que vai de Punta Brava ao casario do Guatao. O pelotão do regimento Pizarro continuou a marcha para Guatao seguido por outra companhia de voluntários de Marianao, sob o comando do capitão Calvo. Ao penetrar a vanguarda no casario, começou a matança dos moradores pacíficos. Foram assassinados 12 habitantes do lugar. O resto foi aprisionado. Ainda não foram suficientes os ultrajes cometidos nos arredores de Guatao, e outra ação bárbara foi levada a cabo, causando a morte de um dos presos e terríveis ferimentos nos demais. O Marquês de Cervera, militar palaciano e canalha, comunicou a Weyler a custosíssima vitória obtida pelas armas espanholas. Mas o comandante Zugasti, homem de pundonor, denunciou ao governo o sucedido, qualificou de assassinato de pessoas pacíficas as mortes perpetradas pelo criminoso capitão Calvo e pelo sargento Barriguilla.

A intervenção de Weyler nesse horrível episódio e seu alvoroço ao conhecer os pormenores da matança são vistos de modo palpável na comunicação oficial dirigida ao ministro da Guerra, em virtude daquela imolação: “Pequena coluna organizada pelo comandante militar de Marianao, com forças da guarnição, bateu partidas de Villanueva e Baldomero Acosta perto de Punta Brava, destruindo-as, causando-lhes 20 mortos, que entregou, para serem enterrados, ao prefeito de Guatao. Fez 15 prisioneiros, entre eles um ferido, e calcula que o adversário leva muitos feridos. Tivemos um ferido grave, vários leves e contundidos – Weyler.”

Em que se diferencia este comunicado de guerra de Weyler com os comunicados do coronel Chaviano, dando conta das vitórias

do comandante Pérez Chaumont? Só que Weyler comunicou 20 mortos, e Chaviano 21. Weyler menciona um soldado ferido em suas fileiras. Chaviano menciona dois. Weyler fala de um ferido e 15 prisioneiros no campo inimigo. Chaviano não fala de feridos nem de prisioneiros...

Assim como admirei o valor dos soldados que souberam morrer, reconheço que muitos militares portaram-se dignamente e não mancharam as mãos naquela orgia de sangue. Não poucos prisioneiros sobreviventes devem a vida à nobre atitude de militares como o tenente Sarriá, o tenente Campa, o capitão Tamayo e outros que protegeram cavalheirescamente os detidos. Se homens como estes não houvessem salvo em parte a honra das Forças Armadas, hoje seria mais honroso carregar um trapo de cozinha que um uniforme.

Não clamo vingança para meus companheiros mortos. Como suas vidas não tinham preço, a morte de todos os criminosos juntos não poderia pagá-las. Não é com sangue que podem ser redimidas as vidas dos jovens que morrem pelo bem do povo, cuja felicidade é o único tributo digno delas.

Meus companheiros, além disso, não estão nem esquecidos nem mortos. Vivem hoje mais do que nunca, e seus verdugos, aterrorizados, verão como surge dos cadáveres dos heróis o espírito vitorioso de suas ideias. Que o Apóstolo fale por mim: “Há um limite ao pranto sobre as sepulturas dos mortos. É o amor infinito à pátria, e a glória que se vê sobre seus corpos, amor que não teme, não desespera, nem enfraquece jamais. Porque os túmulos dos mártires são o mais belo altar da honra”.

... Quando se morre
Nos braços da mãe pátria agradecida,
A morte acaba, o cárcere se rompe:
E, com o morrer, começa enfim a vida!

Limitei-me até agora quase exclusivamente aos fatos.

Como não esqueço que estou diante de um tribunal de justiça que me julga, demonstrarei que unicamente de nossa parte se acha o direito, e que a sentença imposta a meus companheiros e a que se pretende impor-me não têm justificativa perante a razão, perante a sociedade e perante a verdadeira justiça.

Pessoalmente desejo ser respeitoso para convosco e agradeço-vos que não vejais na rudeza de minhas verdades nenhuma animadversão contra vós. Meus argumentos visam tão somente demonstrar o falso e o errôneo da posição adotada, na presente situação, por todo o Poder Judiciário, do qual cada tribunal não é mais que uma simples peça obrigada a funcionar, até certo ponto, de acordo com a máquina, sem que isso, entretanto, sirva de justificação para que qualquer homem atue contra seus princípios. Sei perfeitamente que a maior responsabilidade cabe à alta magistratura, que, sem um gesto digno, curvou-se servilmente aos ditames do usurpador, traindo a nação e renunciando à independência do Poder Judiciário. Alguns juízes, que constituem dignas exceções, trataram de salvar a honra maculada com seus votos pessoais, mas o gesto da exígua minoria apenas transluziu, obscurecido pelas atitudes das maiorias submissas e cordatas. No entanto, nada disso me impedirá de expor a razão que me assiste. Se o fato de me terem trazido a este tribunal não é mais do que pura comédia para dar aparência de legalidade e de justiça à arbitrariedade, estou disposto a rasgar com mão firme o véu infame que cobre tanta falta de vergonha. É curioso que os mesmos que me trazem diante de vós para que eu seja julgado e condenado não tenham acatado uma única ordem deste tribunal.

Se este julgamento, como dissestes, é o mais importante que se presenciou em um tribunal desde que se instaurou a República, o que eu disser aqui talvez se perca na conspiração do silêncio que me quis impor a ditadura. Mas sobre o que fizerdes, a posteridade muitas vezes voltará os olhos. Pensais que agora estais julgando um acusado, mas vós, por vosso turno, sereis julgados não uma

vez, mas muitas, quantas vezes o presente for submetido à crítica demolidora do futuro. Então, o que aqui eu disser repetir-se-á muitas vezes, não porque tenha sido pronunciado por mim, mas porque a ideia da justiça é eterna, e, por cima das opiniões dos juristas e dos teóricos, o povo dela tem um sentido profundo. Os povos possuem uma lógica simples, porém, implacável, que se choca com tudo que é absurdo e contraditório; e se há quem abomine, com toda sua alma, o privilégio e a desigualdade, é o povo cubano. Sabe o povo que a justiça é representada por uma donzela, uma balança e uma espada. Se a vir prostrar-se acovardada diante de uns e brandir furiosamente a arma sobre outros, a imaginará então como uma mulher prostituída, esgrimindo um punhal. Minha lógica é a lógica simples do povo.

XII

Vou relatar-vos uma história. Era uma vez uma República. Tinha uma Constituição, suas leis, suas liberdades; possuía presidente, congresso, tribunais; todo mundo podia reunir-se, associar-se, falar e escrever com inteira liberdade. O governo não satisfazia o povo, mas o povo podia substituí-lo e só faltavam alguns dias para fazê-lo. Existia uma opinião pública, respeitada e acatada, e todos os problemas de interesse coletivo eram discutidos livremente. Havia partidos políticos, horas de doutrinação pelo rádio, programas polêmicos de televisão, atos públicos, e o povo palpitava de entusiasmo. Esse povo sofrera bastante e, se não era feliz, desejava sê-lo, tinha esse direito. Muitas vezes o enganaram e olhava o passado com verdadeiro terror. Acreditava cegamente que o passado não poderia voltar. Orgulhava-se de seu amor à liberdade e vivia envaidecido de que ela seria respeitada como coisa sagrada. Sentia imensa confiança, certeza de que ninguém se atreveria a cometer o crime de atentar contra suas instituições democráticas. Desejava uma mudança, uma melhora, um avanço. E os via próximos. Toda sua esperança estava no futuro.

Pobre povo! Certa manhã, a população despertou estarrecida. Na calada da noite, os fantasmas do passado se haviam conjurado, enquanto ela dormia. Agora a tinham agarrada pelas mãos, pelos pés e pelo pescoço. As garras eram conhecidas, as fauces, as gadelhas de morte, as botas... Não. Não era um pesadelo. Tratava-se da triste e terrível realidade: um homem chamado Fulgencio Batista acabava de cometer o horrível crime que ninguém esperava.

Aconteceu então que um humilde cidadão desse povo, que queria acreditar nas leis da República e na integridade de seus juízes, a quem vira muitas vezes enfurecer-se contra os infelizes, buscou o Código de Defesa Social para verificar que castigos a sociedade prescrevia para o autor de semelhante ação e encontrou o seguinte:

“Estará sujeito à privação da liberdade, de seis a dez anos, aquele que executar qualquer ato destinado a modificar, diretamente, no todo ou em parte, por meio da violência, a Constituição do Estado ou a forma de governo estabelecida.”

“Será privado da liberdade, de três a dez anos, o autor de ato dirigido a promover o levante de pessoas armadas contra os Poderes Constitucionais do Estado. Se for levada a efeito a insurreição, a pena será de privação da liberdade de cinco a 20 anos.”

“Aquele que executar ato com o fim de impedir, no todo ou em parte, ainda que temporariamente, o Senado, a Câmara dos Representantes, o presidente da República ou o Supremo Tribunal de Justiça de exercerem suas funções constitucionais, incorrerá em pena de privação da liberdade de seis a dez anos.”

“Aquele que tratar de impedir ou estorvar a realização de eleições gerais incorrerá em pena de privação da liberdade de quatro a oito anos.”

“Aquele que introduzir, publicar, propagar ou tratar de fazer cumprir em Cuba despacho, ordem ou decreto... que tenda a provocar a inobservância das leis vigentes, incorrerá em pena de privação da liberdade de dois a seis anos.”

“Aquele que, sem faculdade legal para tanto, nem ordem do Governo, assumir o comando de tropas, praças, fortalezas, postos militares, povoações ou navios ou aeronaves de guerra, incorrerá em pena de privação da liberdade de cinco a dez anos.”

“Igual penalidade será imposta àquele que usurpar o exercício de uma função atribuída pela Constituição como própria de um dos poderes do Estado.”

Sem dizer uma palavra a ninguém, com o Código numa das mãos e os documentos em outra, o cidadão mencionado apresentou-se no velho casarão da capital onde funcionava o tribunal competente, que estava na obrigação de instaurar processo e castigar os responsáveis por aquele ato. O referido cidadão apresentou um libelo, denunciando os delitos e pedindo para Fulgencio Batista e seus 17 cúmplices a condenação de um a oito anos de cárcere como ordenava o Código de Defesa Social, com todas as agravantes de reincidência, perfídia e ação na calada da noite.

Os dias passaram. Passaram os meses. Que decepção! O acusado não era molestado, passeava pela República como um amo, chamavam-no honorável senhor e general, e removia e nomeava juízes. E quando se viu, no dia da abertura dos tribunais, o réu estava sentado no lugar de honra, entre os veneráveis patriarcas de nossa Justiça.

Novamente passaram os dias e os meses. O povo se cansou de abusos e chacotas. Os povos se cansam! Veio a luta, e então o homem que estava fora da lei, que havia ocupado o poder pela violência, contra a vontade do povo e violando a ordem legal, torturou, assassinou, encarcerou, terminando por acusar perante os tribunais os que tinham ido lutar pela lei e devolver ao povo sua liberdade.

XIII

Senhores juízes: sou eu aquele cidadão humilde que um dia se apresentou inutilmente diante dos tribunais para solicitar que castigassem os ambiciosos que violaram as leis e despedaçaram nossas instituições, e, agora, quando a mim se acusa de querer derrubar o regime ilegal e restaurar a legítima Constituição da República, me mantêm há 76 dias incomunicável numa cela, sem falar com ninguém, nem mesmo com meu filho. Sou conduzido através da cidade entre duas metralhadoras pesadas, trazido a este hospital para ser julgado secretamente com toda a severidade. E o promotor, com o Código nas mãos, muito solenemente, pede que eu seja condenado a 26 anos de cárcere.

Dir-me-eis que daquela feita os magistrados da República não agiram porque foram impedidos pela força! Então confessai: desta vez também a força vos obriga a condenar-me. Da primeira vez não pudestes castigar o culpado; da segunda, sois obrigado a punir o inocente. A donzela da justiça, duas vezes violentada pela força!

E quanta charlatanice para justificar o injustificável, explicar o inexplicável e conciliar o inconciliável! Até que concluíram por afirmar, como razão suprema, que o fato cria o direito. Isto é, o fato de haver lançado tanques e soldados à rua, apoderar-se do Palácio Presidencial, do Tesouro da República e dos demais edifícios oficiais, apontar as armas ao coração do povo, cria o direito de governar. O mesmo argumento puderam utilizar os nazistas que ocuparam as nações da Europa e nela instalaram governos títeres.

Admito e creio que a revolução seja fonte de direito. Mas não poderá jamais chamar-se revolução ao assalto noturno à mão armada do 10 de março. Na linguagem vulgar, como disse José Ingenieros, costuma dar-se o nome de revolução às pequenas desordens que um grupo de insatisfeitos promove para arrancar dos aquinhoados as sinecuras políticas ou suas vantagens econômicas. Resultam, geralmente, em mudanças de uns homens por outros, numa nova repartição de empregos e benefícios. Esse critério não é o do filósofo da História, não pode ser o do homem estudioso.

Nem no sentido de modificações profundas no organismo social, nem sequer na superfície do pântano público, vimos elevar-se uma onda que agitasse a podridão reinante. Se no regime anterior havia politicalha, roubo, pilhagem e falta de respeito à vida humana, o regime atual multiplicou por cinco a politicalha, multiplicou por dez a pilhagem e multiplicou por cem a falta de respeito à vida humana.

Sabia-se que Barriguilla havia roubado e assassinado, que era milionário, que tinha muitos edifícios de apartamentos na capital, numerosas ações nas companhias estrangeiras, contas fabulosas nos bancos norte-americanos, que amealhou lucros de 18 milhões de pesos, que se hospedava no hotel mais luxuoso dos milionários ianques. Mas o que nunca ninguém poderá acreditar é que Barriguilla fosse revolucionário. Barriguilla é o sargento de Weyler que assassinou 12 cubanos em Guatao... Em Santiago de Cuba foram 70. *“De te fabula narratur”*.

Quatro partidos políticos governavam o país antes do 10 de março: o Autêntico, o Liberal, o Democrata e o Republicano. Dois dias depois do golpe, aderiu o Republicano. Ainda não transcorreram um ano e já o Liberal e o Democrata estavam novamente no poder. Batista não restaurava a Constituição, nem as liberdades públicas, nem o Congresso, nem o voto direto. Não restaurava, enfim,

* “A fábula fala a teu respeito.”

nenhuma das instituições democráticas suprimidas do país, mas trazia à tona Verdeja, Guas Inclán, Salvito García Ramos, Anaya Murillo. E com os altos dirigentes dos partidos tradicionais no governo, voltava a reinar o mais corrompido, rapace, conservador e antediluviano da política cubana. Esta a revolução de Barriguilla!

O regime de Batista, privado do mais elementar conteúdo revolucionário, significou, em todos os sentidos, um retrocesso de 20 anos para Cuba. Todos tiveram de pagar bem caro seu retomo, principalmente as classes humildes, que estão passando fome e miséria. Enquanto a ditadura afoga o país na comoção, na inépcia e na aflição, dedica-se à mais repugnante politicalha, inventando fórmulas e mais fórmulas para perpetuar-se no poder, mesmo que para isso tenha de passar sobre uma montanha de cadáveres e um mar de sangue.

Nem uma única iniciativa corajosa foi tomada. Batista vive entregue de pés e mãos aos grandes negócios, e não podia ser de outro modo, por sua mentalidade, pela carência total de ideologia e de princípios, pela ausência absoluta de fé, de confiança e de apoio das massas. Foi uma simples mudança de mãos e uma repartição do botim entre os amigos, parentes, cúmplices e a malta de parasitas vorazes que integram o séquito político do ditador. Quantas afrontas fizeram o povo sofrer para que um grupelho egoísta que não sente pela pátria a menor consideração possa encontrar na coisa pública um *modus vivendi* fácil e cômodo.

Quanta razão tinha Eduardo Chibás ao dizer, em seu derradeiro discurso, que Batista fomentava o regresso dos coronéis, do *palma-cristi** e da lei de fuga! Logo depois do 10 de março começaram a produzir-se atos verdadeiramente vandálicos, que se supunham banidos para sempre de Cuba: o assalto à Universidade do Ar, atentado sem precedentes a uma instituição cultural onde os gângsters do SIM se imiscuíram aos desprezíveis elementos da juventude do PAU**; o

* Palma-cristi, uma metomímea da tortura.

** Partido de Ação Unitária.

sequestro do jornalista Mario Kuchilán, arrancado em plena noite de seu lar e torturado selvagemmente até ficar quase desfigurado; o assassinato do estudante Rubén Batista e as descargas criminosas contra uma pacífica manifestação estudantil junto ao mesmo *paredón* onde os voluntários fuzilaram os estudantes de 1871, homens que expeliram sangue dos pulmões diante dos tribunais de justiça, pelas bárbaras torturas que lhes foram infligidas nas unidades de repressão, como no caso do doutor García Bárcena. E não vou relatar aqui as centenas de casos em que grupos de cidadãos sofreram terríveis espancamentos, homens, mulheres, crianças, velhos, sem distinção. Tudo isso antes do 26 de julho. Depois, já se sabe, nem o cardeal Arteaga se livrou de atentados dessa natureza, vítima, como todos sabem, dos agentes da repressão. Afirmou-se oficialmente que isso era obra de um bando de ladrões. Uma vez foi dita a verdade: que outra coisa é este regime?

A opinião pública acaba de contemplar horrorizada o caso do jornalista que esteve sequestrado e submetido a torturas de fogo durante vinte dias. Em cada fato um cinismo inaudito, uma hipocrisia infinita: a covardia de fugir à responsabilidade e culpar invariavelmente os inimigos do regime. Procedimentos de governo aos quais os piores bandos de gângsters nada têm a invejar. Nem os criminosos nazistas foram tão covardes. Hitler assumiu a responsabilidade pelas matanças de 30 de junho de 1934, dizendo que havia sido durante 24 horas o Tribunal Supremo da Alemanha. Os esbirros desta ditadura, a qual não se pode comparar em baixeza, vilania e covardia a qualquer outra, sequestram, torturam, assassinam e depois culpam de modo canalha os adversários do regime. São os métodos típicos do sargento Barriguilla.

Em todos os fatos que mencionei, senhores juízes, nem uma única vez apareceram os responsáveis para serem julgados pelos tribunais. Como! Não era este o regime da ordem, da paz pública e do respeito à vida humana?

XIV

Se fiz referência a tudo isso é para que me digam se tal situação pode ser chamada de revolução, fonte do direito; se é lícito ou não lutar contra ela; se os tribunais da República não se acham bastante constituídos para enviar ao cárcere os cidadãos que querem livrar sua pátria de tanta infâmia.

Cuba está sofrendo um despotismo cruel e ignominioso, e não ignorais que é legítima a resistência em face do despotismo. Este é um princípio universalmente reconhecido, e nossa Constituição de 1940 o consagrou expressamente, no parágrafo 2º do artigo 40: “É legítima a resistência adequada para a proteção dos direitos individuais garantidos anteriormente”. Mas, mesmo que nossa Lei fundamental não o houvesse consagrado, é claro que sem ele não se pode conceber a existência de uma coletividade democrática. O professor Infiesta, em seu livro de Direito Constitucional, estabelece uma diferença entre Constituição Política e Constituição Jurídica, e diz que, “às vezes, são incluídos na Constituição Jurídica princípios constitucionais que, mesmo que não o fossem, seriam igualmente obrigatórios, de acordo com a vontade do povo, como o princípio da maioria ou da representação em nossa democracia”. O direito de insurreição em face da tirania é um desses princípios que, estejam ou não incluídos na Constituição Jurídica, sempre têm plena vigência numa sociedade democrática. A apresentação dessa questão perante um tribunal de justiça é um dos problemas mais interessantes do Direito Público. Disse Duguit, em seu Tratado de

Direito Constitucional, que, “se a insurreição fracassa, não haverá tribunal que ouse declarar que, não houve conspiração ou atentado contra a segurança do Estado porque o governo era tirânico e a intenção de derrubá-lo, legítima”. Mas, fixai-vos bem que não disse “o tribunal não deverá”, mas sim que “não existirá tribunal que ouse declarar”; mais claramente, que não haverá tribunal que se atreva a declarar, que não haverá tribunal suficientemente ousado para fazê-lo sob uma tirania. A questão não admite alternativa: se o tribunal é corajoso, e cumpre com seu dever, atrever-se-á.

Termina-se de discutir, ruidosamente, a vigência da Constituição de 1940. O Tribunal de Garantias Constitucionais e Sociais decidiu contra ela e a favor dos Estatutos. Contudo, senhores juízes, sustento que a Constituição de 1940 continua em vigor. Minha afirmativa poderá parecer absurda e extemporânea; mas não vos assombres, sou eu quem se assombra que um tribunal de direito haja tentado aplicar uma vil quartelada à Constituição legítima da República. Como até agora, ajustando-me rigorosamente aos fatos, à verdade e à razão, demonstrarei o que acabo de declarar.

O Tribunal de Garantias Constitucionais e Sociais foi instituído pelo artigo 172 da Constituição de 1940, complementada pela Lei Orgânica número 7, de 31 de março de 1949. As referidas leis, em virtude das quais foi criado, concederam-lhe competência específica e determinada em matéria de inconstitucionalidade: resolver os recursos de inconstitucionalidade contra as leis, decretos-leis, resoluções ou atos que neguem, diminuam, restrinjam ou adulterem os direitos e garantias constitucionais ou que impeçam o livre funcionamento dos órgãos do Estado. No artigo 194 se estabelece bem claramente: “Os juízes e tribunais estão obrigados a resolver os conflitos entre as leis vigentes e a Constituição, ajustando-se ao princípio de que esta prevaleça sempre sobre aquelas”. De acordo, pois, com as leis que lhe deram origem, o Tribunal de Garantias Constitucionais e Sociais devia resolver sempre a favor da Constituição. Se esse tribunal fez prevalecer os Estatutos sobre

a Constituição da República, exorbitou por completo de sua competência e faculdades, realizando, portanto, um ato juridicamente nulo. Ademais, a decisão em si mesma é absurda, e o absurdo não tem vigência, nem de fato nem de direito, não existe nem sequer metafisicamente. Por muito venerável que seja um tribunal, não poderá dizer que o círculo é quadrado, ou, o que é igual, que o aborto grotesco do dia 4 de abril possa chamar-se Constituição de um Estado.

Entendemos por Constituição a lei fundamental, e suprema de uma nação, que define sua estrutura política, regula o funcionamento dos órgãos do Estado e delimita suas atividades; tem de ser estável, duradoura e bem mais inflexível. Os Estatutos não preenchem nenhum desses requisitos. Primeiramente, encerram uma contradição monstruosa, descarada e cínica no mais essencial, que é o referente à integração da República com o princípio da soberania. O artigo 1º diz: “Cuba é um Estado independente e soberano, organizado como República democrática”... O artigo 2º diz: “A soberania reside no povo, e deste dimanam todos os poderes”. Mas em seguida vem o artigo 118 e diz: “O presidente da República será designado pelo Conselho de Ministros”. Já não é o povo, agora é o Conselho de Ministros. E quem elege o Conselho de Ministros? Artigo 120, inciso 13: “Corresponde ao presidente nomear e renovar livremente os ministros, substituindo-os nas oportunidades convenientes”. Quem, finalmente, elege a quem? Não é este o clássico problema do ovo e da galinha que ninguém ainda resolveu?

Certo dia, reuniram-se 18 aventureiros. O plano era assaltar a República com seu orçamento de 350 milhões. Sob o manto da traição e das sombras conseguiram seu propósito: “E agora, que fazemos?” Um deles disse aos outros: “Vocês me nomeiam primeiro-ministro e eu nomeio vocês generais”. Isso feito, procurou 20 comparsas e lhes disse: “Eu nomeio vocês ministros e vocês me nomeiam presidente”. Assim, nomearam-se uns aos

outros, generais, ministros, presidente, e ficaram com o Tesouro e a República.

E não se tratava da usurpação da soberania por uma única vez para nomear ministros, generais e presidente, mas sim que um indivíduo se declarou, em certo estatuto, dono absoluto, não já da soberania, mas da vida e da morte de cada cidadão e da própria existência do país. Por isso sustento que não somente é traidora, vil, covarde e repugnante a atitude do Tribunal de Garantias Constitucionais e Sociais, como também é absurda.

Há um artigo nos Estatutos que passou bastante despercebido, mas que é a chave dessa situação e dele tiraremos conclusões decisivas. Refiro-me à cláusula de reforma contida no artigo 257, que diz textualmente: “Esta Lei Constitucional poderá ser reformada pelo Conselho de Ministros com um quórum de duas terças partes de seus membros”. Nesse ponto, a burla chegou ao cúmulo. Não se trata, apenas, de exercer a soberania para impor ao povo uma Constituição, sem sua aprovação, e eleger um governo que concentra em suas mãos todos os poderes, mas sim que, pelo artigo 257, se outorga definitivamente a quem não tem direito o atributo mais essencial da soberania – a faculdade de reformar a Lei suprema e fundamental da nação. Isto já foi feito várias vezes desde o dia 10 de março, se bem que se afirme com o maior cinismo do mundo, no artigo 2º, que a soberania reside no povo e dele dimanam todos os poderes. Se para realizar essas reformas basta a concordância do Conselho de Ministros, com um quórum de dois terços (e o presidente é quem nomeia o Conselho de Ministros), fica então nas mãos de um só homem o direito de fazer e desfazer a República, homem que é, além disso, o mais indigno dos que nasceram nesta terra. E isto foi aceito pelo Tribunal de Garantias Constitucionais. E é válido e legal tudo que daí decorra? Pois bem, vereis o que aceitou. “Esta Lei Constitucional poderá ser reformada pelo Conselho de Ministros com um quórum de dois terços de seus membros. Tal faculdade não reconhece limites. Ao

seu amparo, qualquer artigo, qualquer capítulo, qualquer título, a Lei inteira, podem ser modificados. O artigo 1º, por exemplo, que já mencionei, diz que Cuba é um Estado independente e soberano, organizado como República democrática – ainda que de fato seja uma satrapia sangrenta; o artigo 3º diz que “o território da República está integrado pela Ilha de Cuba, a Ilha de Pinos e as demais ilhas e ilhotas rasas adjacentes...”; assim sucessivamente. Batista e seu Conselho de Ministros, amparados pelo artigo 257, podem modificar todos esses artigos, dizer que Cuba já não é uma República e sim uma Monarquia Hereditária, e ungir a ele, Fulgencio Batista, rei; podem desmembrar o território nacional e vender uma província a um país estrangeiro, como fez Napoleão com a Louisiana; podem suspender o direito à vida e, como Herodes, mandar degolar as crianças recém-nascidas: todas essas medidas seriam legais, e teríeis que enviar ao cárcere todo aquele que se opusesse a isso, como pretendeis fazer comigo, neste momento. Citei exemplos extremos para que se compreenda melhor quanto é triste e humilhante nossa situação. E tais faculdades onímodas estão em mãos de homens que são capazes efetivamente de vender a República com todos os seus habitantes!

Se o Tribunal de Garantias Constitucionais aceitou semelhante estado de coisas, que espera para abandonar a magistratura? É um princípio elementar de Direito Público que não existe constitucionalidade onde o Poder Constituinte e o Poder Legislativo estão fundidos no mesmo organismo. Se o Conselho de Ministros faz as leis, os decretos, os regulamentos e ao mesmo tempo tem faculdade de modificar a Constituição em dez minutos, que falta nos faz um Tribunal de Garantias Constitucionais! Sua decisão é, pois, irracional, inconcebível, contrária à lógica e às leis da República, que vós, senhores juízes, jurastes defender. Ao decidir a favor dos Estatutos não ficou abolida nossa Lei Básica, mas sim que o Tribunal de Garantias Constitucionais e Sociais se colocou fora da Constituição, renunciou à sua jurisdição, suicidou-se juridicamente. Que descanse em paz!

O direito de resistência, estabelecido pelo artigo 40 da Constituição, está em pleno vigor. Foi aprovado para que funcionasse enquanto a situação da República corresse normalmente? Não. Ele representa para a Constituição o que um bote salva-vidas significa para um navio em alto-mar, que só é lançado à água quando o barco foi torpedeado por inimigos emboscados em sua rota. Traída a Constituição da República e arrebatadas do povo todas suas prerrogativas, só lhe restava esse direito, que nem uma força lhe pode tirar: o direito de resistir à opressão e à injustiça. Se resta alguma dúvida, eis aqui um artigo do Código de Defesa Social, que o senhor promotor não devia esquecer. Diz textualmente: “As autoridades nomeadas pelo governo ou eleitas pelo povo que não houverem resistido à insurreição por todos os meios a seu alcance incorrerão numa pena de interdição especial de seis a dez anos”. Era dever dos juizes da República resistir à quartelada traidora de 10 de março. Compreende-se perfeitamente que, quando ninguém cumpriu a lei, quando ninguém cumpriu o seu dever, sejam enviados à prisão os únicos que cumpriram a lei e o seu dever.

Não podereis negar que o sistema de governo que se impôs à nação é indigno de sua tradição e de sua História. Em seu livro *O espírito das leis*, que serviu de fundamento para a moderna divisão de poderes, Montesquieu distingue por sua natureza três tipos de governo: “O republicano, no qual o povo inteiro ou uma parte do povo tem o poder soberano; o monárquico, no qual um só governa,

mas de conformidade com leis fixas e determinadas; e o despótico, no qual um só, sem lei e sem regra, faz tudo sem outro limite que sua vontade e seu capricho”. Adiante agrega: “Um homem ao qual seus cinco sentidos dizem sem cessar que ele é tudo e que os demais não são nada é naturalmente ignorante, preguiçoso e voluptuoso”. “Assim como é necessária a virtude numa democracia, a honra numa monarquia, é indispensável o temor num governo despótico; quanto à virtude, não é necessária; e, quanto à honra, seria perigosa.”

O direito de rebelião contra o despotismo, senhores juízes, foi reconhecido desde a mais remota antiguidade até o presente, por homens de todos os credos, ideias e doutrinas.

Nas monarquias teocráticas da antiguidade, na China, era praticamente um princípio constitucional de que, quando o rei governasse indecorosa e despoticamente, fosse deposto e substituído por um príncipe virtuoso.

Os pensadores da Índia antiga apoiaram a resistência ativa em face das arbitrariedades da autoridade. Justificaram a revolução e muitas vezes levaram à prática suas teorias. Um de seus guias espirituais dizia que “uma opinião sustentada por muitos é mais forte que o próprio rei. A corda torcida por muitas fibras é suficiente para arrastar um leão”.

As cidades-Estados da Grécia e da República Romana não só admitiam como faziam apologia da morte violenta dos tiranos.

Na Idade Média, John de Salisbury em seu *Livro do homem de Estado* diz que, quando um príncipe não governa de acordo com o direito e degenera em tirano, é lícita e está justificada sua deposição violenta. Recomenda que contra o tirano seja usado o punhal, embora não o veneno.

São Tomás de Aquino, na *Summa theologica*, rechaçou a doutrina do tiranicídio, mas sustentou, sem embargo, a tese de que os tiranos deviam ser depostos pelo povo.

Martinho Lutero proclamou que, quando um governo degenera em tirano, violando as leis, os súditos ficavam livres do dever de obediência. Seu discípulo, Filipe Melanchthon, sustenta o direito

de resistência quando os governos se convertem em despóticos. Calvino, o pensador mais notável da reforma do ponto de vista das ideias políticas, postula que o povo tem o direito de pegar em armas para opor-se a qualquer usurpação.

Até mesmo um jesuíta espanhol da época de Filipe II, Juan Mariana, em seu livro *De rege et regis institutione*, afirma que, quando um governante usurpa o poder, ou mesmo, quando eleito, rege a vida pública de maneira tirânica, é lícito o tiranicídio por um simples particular, diretamente, ou valendo-se do subterfúgio com o menor distúrbio possível.

O escritor francês Francisco Hotman sustentou que entre governantes e súditos existe o vínculo de um contrato, e que o povo pode alçar-se em rebelião em face da tirania dos governos quando estes violam aquele pacto.

Por essa mesma época, aparece também um folheto que foi muito lido, intitulado “*Vindiciae contra tyrannos*”, firmado sob o pseudônimo de Stefhanus Junius Brutus, onde se proclama abertamente que é legítima a resistência aos governos que oprimem o povo e que era dever dos juízes encabeçar a luta.

Os reformadores escoceses John Knox e John Poynt mantiveram esse mesmo ponto de vista, e no livro mais importante desse movimento, escrito por George Buchman, diz-se que, se o governo logra o poder sem o consentimento do povo ou rege os destinos deste de maneira injusta e arbitraria, se converte em tirano, pode ser destituído ou, em último caso, privado da vida.

John Althus, jurista alemão dos princípios do século 17, em seu *Tratado de política*, diz que a soberania enquanto autoridade suprema do Estado nasce do concurso voluntário de todos os seus membros; que a autoridade do governo emana do povo e que seu exercício injusto, extralegal ou tirânico exime o povo do dever de obediência e justifica a resistência e a rebelião.

Até agora, senhores juízes, mencionei exemplos da Antiguidade, da Idade Média e dos primeiros tempos da Idade Moderna: exem-

plos de escritores de todas as ideias e crenças. Mas, como vereis, esse direito reside na própria origem de nossa existência política. Graças ao direito de rebelião podeis vestir as togas de magistrados cubanos. Oxalá elas fossem a expressão da justiça.

É sabido que na Inglaterra, no século 17, foram destronados dois reis, Carlos I e Jaime II, por atos de despotismo. Esses acontecimentos coincidiram com o nascimento da filosofia política liberal, base ideológica de uma nova classe social que pugnava então para romper as cadeias do feudalismo. Diante das tiranias do direito divino, essa filosofia sustentava o princípio do contrato social e do consentimento dos governados, que serviu de fundamento à Revolução Inglesa de 1688 e às revoluções americana e francesa de 1775 e 1789. Esses grandes acontecimentos revolucionários deram início ao processo de libertação das colônias espanholas na América, cujo último elo foi Cuba. Nessa filosofia nutriu-se nosso pensamento político e constitucional que evoluiu desde a primeira Constituição de Guáimaro até a de 1940. Esta última já se acha influenciada pelas correntes socialistas do mundo atual, que nela consagraram o princípio da função social da propriedade e o direito inalienável do homem a uma existência digna, cuja plena vigência foi impedida pelas grandes fortunas surgidas.

O direito de insurreição contra a tirania obteve então sua consagração final e se converteu em postulado essencial da liberdade política.

Já em 1649, John Milton escreve que o poder político emana do povo, que pode nomear e destituir reis e tem o dever de afastar os tiranos.

John Locke, em seu *Tratado de governo*, assegura que, quando são violados os direitos naturais do homem, o povo tem o direito e o dever de suprimir ou mudar o governo. “O único remédio contra a força sem autoridade está em opor-lhe a força.”

Jean-Jacques Rousseau diz, com grande eloquência, em seu *Contrato social*: “Quando um povo se vê forçado a obedecer e

obedece, faz bem; tão logo pode sacudir o jugo e o sacode, faz melhor, recuperando sua liberdade, pela utilização do mesmo direito com que se lhe tirou”. “O mais forte não é nunca suficientemente forte para ser sempre o amo, se não transforma a força em direito e a obediência em dever... A força é um poder físico; não vejo que moralidade possa derivar de seus efeitos. Ceder à força é um ato de necessidade, não de vontade; tudo o mais é um ato de prudência. Em que sentido isto poderá ser um dever?” “Renunciar à liberdade é renunciar à condição humana, aos direitos da humanidade, inclusive a seus deveres. Não há recompensa possível para aquele que a tudo renuncia. Tal renúncia é incompatível com a natureza humana; e arrancar toda a liberdade da vontade é privar de moralidade as ações. Enfim, é inútil e contraditória a ideia de impor, de um lado, uma autoridade absoluta e, de outro, uma obediência sem limites”...

Thomas Paine disse que “um homem justo é mais digno de respeito que um patife coroado”.

Só escritores reacionários se opuseram a esse direito dos povos, como aquele clérigo de Virgínia, Jonathan Boucher, que disse que “o direito à revolução era uma doutrina condenável derivada de Lúcifer, o pai das rebeliões”.

A Declaração da Independência do Congresso de Filadélfia, de 4 de julho de 1776, consagrou esse direito num belo parágrafo que diz: “Sustentamos como verdades evidentes que todos os homens nascem iguais; que seu Criador confere a todos certos direitos inalienáveis entre os quais estão a vida, a liberdade e a conquista da felicidade; que para assegurar esses direitos são instituídos governos cujos justos poderes derivam do consentimento dos governados; que, sempre que uma forma de governo tenda a destruir esses fins, o povo tem direito a reformá-la ou aboli-la e instituir um novo governo que se fundamente nos referidos princípios e organize seus poderes na forma que garanta melhor, a seu juízo, sua segurança e sua felicidade”.

A famosa “Declaração francesa dos direitos do homem” legou às futuras gerações este princípio: “Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é para este o mais sagrado dos direitos e o mais imperioso dos deveres”. “Quando uma pessoa se apoderar da soberania deve ser condenada à morte pelos homens livres”.

XVI

Creio ter justificado, suficientemente, meu ponto de vista: são argumentos mais numerosos que os esgrimidos pelo senhor promotor para pedir que se me condene a 26 anos de prisão. Todos eles dão razão aos homens que lutam pela liberdade e pela felicidade do povo. Nenhum justifica os que oprimem o povo, envilecem e o saqueiam sem piedade. Por isso tive que expor muitas razões e o promotor, nem uma só.

Como justificar a presença de Batista no poder, onde chegou contra a vontade do povo e violando, pela traição e pela força, as leis da República? Como qualificar de legítimo um regime de sangue, opressão e ignomínia? Como chamar revolucionário um governo onde se conjuram os homens, as ideias e os métodos mais retrógrados da vida pública? Como considerar juridicamente válida a alta traição de um tribunal cuja missão era defender nossa Constituição? Com que direito enviar ao cárcere cidadãos que vieram dar seu sangue e sua vida pela dignidade de sua pátria? Isso é monstruoso aos olhos da nação e dos princípios da verdadeira justiça.

Há uma razão, porém, que nos assiste, mais poderosa que todas as outras: somos cubanos. E ser cubano implica um dever, não cumpri-lo é um crime de traição. Vivemos orgulhosos da história de nossa pátria; aprendemo-la na escola e crescemos ouvindo falar de liberdade, de justiça e de direitos. Ensinaaram-nos a venerar desde cedo o exemplo glorioso de nossos heróis e de nossos mártires. Céspedes, Agramonte, Maceo, Gómez e Martí foram os primeiros

nomes gravados em nosso cérebro; ensinaram-nos que o Titá havia dito que a liberdade não se mendiga, mas se conquista com o fio da espada; ensinaram-nos que, para a educação dos cidadãos na pátria livre, o Apóstolo escreveu em seu livro de ouro: “Um homem que se conforma em obedecer às leis injustas, e permite que o país em que nasceu seja pisoteado pelos homens que o ofendem, não é um homem honrado... No mundo deve haver certa dose de decência como deve haver certa quantidade de luz. Quando há muitos homens desonestos, há sempre outros que são portadores da dignidade da maioria. São estes os que se rebelam com força terrível contra os que roubam a liberdade ao povo, que é o mesmo que roubar dos homens sua dignidade. Esses homens são intérpretes de milhares de outros homens, de um povo inteiro, da dignidade humana”. Ensinaram-nos que o 10 de outubro e o 24 de fevereiro são efemérides gloriosas e de júbilo patriótico porque assinalam dias em que os cubanos se rebelaram contra o jugo da tirania infame; ensinaram-nos a querer e defender a formosa bandeira da estrela solitária e a cantar todas as tardes um hino cujos versos dizem que viver em cadeias é viver mergulhado no opróbrio. E que morrer pela pátria é viver. Aprendemos tudo isso. E jamais esqueceremos que em nossa pátria hoje se esteja assassinando e encarcerando os homens por praticarem as ideias que lhes ensinaram desde o berço. Nascemos num país livre, legado por nossos pais. Preferimos que Cuba desapareça no mar, a consentir que nosso povo seja escravo de alguém.

Parece que o Apóstolo morreria no ano de seu centenário, que sua memória se extinguiria para sempre, tamanha era a afronta! Mas vive, não morreu. Seu povo é rebelde, seu povo é digno, seu povo é fiel à sua lembrança. Há cubanos que caíram defendendo seus ensinamentos, há jovens que, em desagravo magnífico, vieram morrer junto à sua tumba, dar-lhe seu sangue e sua vida para que ele continue vivendo na alma da pátria. Cuba, que seria de ti se houvesse deixado morrer teu Apóstolo!

Termino minha defesa, mas não o farei como fazem habitualmente os advogados, pedindo a liberdade do acusado; não posso pedi-la quando meus companheiros já estão sofrendo na Ilha de Pinos prisão ignominiosa. Mandai-me para junto deles, a fim de compartilhar sua sorte. É compreensível que os homens honrados estejam mortos ou presos numa República em que o presidente é um criminoso e um ladrão.

Aos senhores juízes, minha sincera gratidão por me haverem permitido falar livremente, sem coações mesquinhas; não lhes guardo rancor. Reconheço que em certos aspectos fostes humanos e sei que o presidente deste tribunal, homem de vida limpa, não pode dissimular sua repugnância pelo estado de coisas que o obriga a ditar uma sentença injusta. Resta ainda ao tribunal um problema mais grave: aí estão os processos sobre os 70 assassinatos, isto é, o maior massacre que conhecemos; os culpados continuam em liberdade com armas nas mãos, ameaça constante contra a vida dos cidadãos. Se não cair sobre eles todo o peso da lei, por covardia ou por que o impeçam; se não renunciarem por completo todos os juízes, tenho piedade de vossas honras e lamento a mancha sem precedentes que cobrirá de infâmia o Poder Judiciário.

Quanto a mim, sei que a prisão será dura como tem sido para todos – prene de ameaças, de vil e covarde rancor. Mas não a temo, como não temo a fúria do tirano miserável que arrancou a vida a 70 de meus irmãos. Condenai-me, não importa. *A história me absolverá.*